



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Pâmela Leal (15/0143494)

**Experiências Desiguais no Viver: Direitos Sexuais e Reprodutivos na
Adolescência a partir da Interseccionalidade de Opressões.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
orientado pela Prof(a) Renata Fonseca. Requisito
para obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

BRASÍLIA

2023

Apresentado em: 02/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Ma. Renata Priscila Oliveira Fonseca

Orientadora/Banca examinadora

Assistente Social (UnB)/Professora Temporária

Da. Ma. Marjorie Nogueira Chaves

Banca Examinadora

Professora/PPGS (UnB)/Coordenadora Observatório de Saúde População Negra

Da. Ma. Djonantan Kaic Ribeiro

Banca Examinadora

Assistente Social (UnB)/Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (TRASSO)

DEDICATÓRIA:

Rosa de Aço que a violência psicológica, patrimonial, sexual e intelectual não despedaçou.

Paráfrase de RUA 10; Rosas de Aço, Nocivo Shomon.

Enquanto essa pesquisa era escrita, disputas, lutas e a auto-recuperação da própria identidade no mundo aconteciam. Nunca se pôde pesquisar o mundo sem viver o mundo.

AGRADECIMENTOS:

Ao pai Antônio pela (ori)entação; À Navalhada;

Aos profissionais do Adolescentro – DF, berço de formação;

À Cássia Passarela e Ana Miriam Garcia Barbosa, primeiras referências de assistentes sociais;

À Ana Tereza, matriarca responsável por materializar em vidas os princípios do SUS;

Aos profissionais do HuB (Hospital Universitário de Brasília);

Aos profissionais da Diretoria de Saúde Universitária (DASU), na figura de Cristineide França, linha de frente na pandemia COVID-19 pela garantia de direitos em saúde mental para comunidade universitária;

Ao Dr. Jaques da 3ª Vara de família, Órfãos e Sucessões - Ceilândia (DF);

À Linda Maria, pequena grande irmã que me possibilitou força nos dias de duras dores para não me abater, construir um novo amanhã;

Ao João, mais velho, amigo nas proximidades e distâncias, colega de trincheira profissional, meu grande exemplo de paternidade;

À Marjorie Nogueira, sem palavras. A força de estratégias que movem caminhos;

À Assistente Social e professora Renata Fonseca pelo efetivo manejo;

Às professoras(es), mestras(es), educadoras(es), comprometidas(es) com a educação como a criação de narrativas de mundo;

À Lucélia Luiz Pereira, pela intelectualidade referência na temática para categoria de assistentes sociais;

À Elaene Rodrigues, pela orientação em Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso;

À Leonardo Ortegal, pelo manejo de professor e educador;

À Kaic Ribeiro, pela valiosa avaliação e compromisso com uma produção de conhecimento alinhada para categoria de assistentes sociais;

Às trabalhadoras terceirizadas do Campus Darcy Ribeiro e suas gerações;

À Secretaria de Direitos Humanos (SDH) que tornou possível a finalização dessa pesquisa;

À Raquel, coordenadora de estágio do Departamento de Serviço Social (SER) pela escuta profissional e fortalecimento a partir do lugar de mais velha.

RESUMO:

A pesquisa consiste no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social apresentado à Universidade de Brasília (UnB). Tem como objetivo compreender os desafios enfrentados pela equipe do Adolescentro (DF) para garantia de direitos sexuais e reprodutivos na adolescência a partir da interseccionalidade de opressões. A hipótese desta pesquisa considera que, profissionais de saúde inseridas em equipes multidisciplinares, têm encontrado desafios para destringir demandas com características interseccionais rebatendo na garantia de direitos sexuais e reprodutivos. O ambulatório em saúde mental da Atenção Secundária analisado é o Adolescentro (DF), visualizando os desafios de acesso desde o acolhimento até a alta do serviço de saúde a partir diante de demandas com características interseccionais.

A coleta de dados se dá por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturada a fim de dialogar com os profissionais, pontos de vista e práticas profissionais a respeito dos desafios para garantia de direitos sexuais e reprodutivos na adolescência – proposta de temática apresentada neste trabalho. A análise desses dados utiliza o método de dedução frequencial e análise de categorias temáticas. De acordo com Caregnato e Mutti (2006), este método passa pela pré-análise - onde um prévio questionário é aplicado para avaliar a disponibilidade das profissionais em participar das entrevistas diante da pandemia COVID-19 - exploração do material e o tratamento dos resultados. Os resultados desta pesquisa apontam a interseccionalidade como trincheira analítica, prática e instrumental rumo à garantia de direitos sexuais e reprodutivos. As perspectivas afro-diaspóricas tecem, de forma central, reflexões que apontam a justiça reprodutiva como um horizonte para estudos futuros e acolhimento de demandas de violência nesta área temática.

Palavras-chave: *Interseccionalidade; Contracolonia; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Adolescências.*

ABSTRACT:

The research consists of the Final Paper (TCC) in Social Work presented to the University of Brasília (UnB). It aims to understand the challenges faced by the Adolescentro (DF) team to guarantee sexual and reproductive rights in adolescence from the intersectionality of oppressions. It aims to understand the challenges faced by the Adolescentro (DF) team to guarantee sexual and reproductive rights in adolescence from the intersectionality of oppressions.

The research hypothesis considers that health professionals inserted in multidisciplinary teams have encountered challenges to unravel demands with intersectional characteristics, rebutting the guarantee of sexual and reproductive rights. The outpatient clinic analyzed is the Adolescentro (DF), visualizing the challenges of access from reception to discharge from the health service. Data collection takes place through a semi-structured interview script in order to dialogue with professionals, points of view and professional practices regarding the challenges to guarantee sexual and reproductive rights in adolescence – a thematic proposal.

The analysis of these data uses the method of frequency deduction and analysis of thematic categories that, according to Caregnato and Mutti (2006), goes through pre-analysis - where a previous questionnaire is applied to assess the availability of professionals to participate in the interviews in the face of the COVID-19 pandemic - exploration of the material and the treatment of the results. The results of this research point to intersectionality as an analytical, practical and instrumental trench towards the guarantee of sexual and reproductive rights. The Afro-diasporic perspectives weave, in a central way, reflections that point to reproductive justice as a horizon for studies and reception of demands of violence in this thematic area.

Keywords: Intersectionality; Countercolonial; Sexual and Reproductive Rights; Adolescences;

ÍNDICE:

1. INTRODUÇÃO:	pg. 09	
2. JUSTIFICATIVA:	pg. 11	
CAPÍTULO I	pg. 13	
<i>“Quanto amor perdeu que te corroe? A interseccionalidade como trincheira analítica.</i>		
CAPÍTULO II	pg. 23	
2. Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos nas Adolescências.		
2.1. Direitos Sexuais e Reprodutivos como Panorama Histórico, Justiça Reprodutiva em debate		pg. 26
2.2 <i>“Balança que pesa ouro, não deve pesar metal¹”</i> : Desafios Legais na Atualidade		pg. 28
2.3. A condição específica da Adolescência.....		pg. 32
2.3 Sexualidade, Corpo e Contribuições da Educação como Prática da Liberdade		pg. 33
3. CAPÍTULO III	pg. 37	
Caminho metodológico – Jornada metodológica.....		pg. 37
3.1. Estratégias Metodológicas e Metodologia.....		pg. 40
3.2. Cuidados e Procedimentos Éticos.....		pg. 41
3.3. Estágio obrigatório como espaço de Observação e Apontamentos.....		pg. 42
3.4. Estudos e Cosmovisões.....		pg. 44
3.7. Caracterização das Entrevistadas.....		pg. 45
4. Observações D1: Raça, Classe, Território, Opressões		pg. 48
5. Processos de Trabalho da Equipe Multiprofissional		pg. 50
5.1. A interseccionalidade como horizonte profissional		pg. 50
5.2. <i>Construindo para que amanhã não seja um ontem com novo nome</i> .		pg. 50
6. Conclusão.....		pg. 52
7. Referências.....		pg. 54
8. Anexos		pg. 63
8.1. Roteiro Entrevistas Semi-Estruturadas.....		pg. 63
8.2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....		pg. 63

¹ Toque de Amazonas. Paulo César Pinheiro. Álbum: Capoeira de Besouro (2010).

1. INTRODUÇÃO:

A atuação do Serviço Social na realidade de Centros de Referência em Saúde como o Adolescente DF – exige um exercício multidisciplinar² constantemente alinhado para que categorias profissionais tracem intervenções de acordo com suas atribuições e competências profissionais. O Serviço Social, no âmbito do trato com a violência sexual no Adolescente (DF), faz frente para que a garantia de direitos sexuais e reprodutivos esteja comprometida com um projeto de sociedade transformadora, capaz de atuar no Estado sem negociar a atuação profissional com a ordem vigente ou *status quo*, a depender do manejo entre projeto profissional e projeto ético-político no interior da instituição.

Logo, o objetivo da pesquisa é compreender os principais desafios enfrentados pela equipe multidisciplinar do Adolescente (DF) para garantia de direitos sexuais e reprodutivos na adolescência quando estas demandas chegam até à unidade de saúde perpassadas por território, sexualidade, raça, classe e demais opressões. Esta atuação profissional em Centros de Referências como o Adolescente (DF) exige um exercício profissional que não se encerre meramente na abordagem individual destas demandas. Mas que, em atuação, se amplie para ser efetiva à nível de equipe profissional.

Os objetivos específicos tiveram por intuito:

I) Compreender os desafios da equipe multiprofissional do Adolescente (DF) para garantia de direitos sexuais e reprodutivos a partir da interseccionalidade de opressões;

II) Apresentar a interseccionalidade como instrumento de intervenção profissional a partir de uma perspectiva contracional;

III) Contribuir com narrativas em pesquisa a respeito da temática diante do esgotamento de teorias Ocidentais para o Serviço Social e demais categorias profissionais.

As perspectivas utilizadas nesta escrita se esforçam para somar no arcabouço não somente para o Serviço Social, para esta categoria em diálogo com outras quando o assunto é a intersecção de opressões rumo ao acolhimento de demandas interseccionais relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos. Serve assim para toda categoria que em atuação com demais profissionais se depare com a necessidade de tais reflexões, práticas e instrumentos visando uma atuação em equipe comprometida com a garantia de direitos em saúde para corpos supracitados.

² Para França (2022, p. 47) interdisciplinaridade e multidisciplinaridade (que abarcam na aplicabilidade, para autora, a transdisciplinaridade) podem ser vistas a partir de perspectivas concomitantes que consideram o funcionamento contínuo e a estrutura dos serviços, perspectiva esta visível no Adolescente (DF).

A forma de produzir conhecimento aqui evocada não emerge somente por uma necessidade de um registro escrito a partir de novas perspectivas epistemológicas por mais que demonstre esta urgência. A necessidade concreta encontrada no chão do Adolescente (DF) verbalizadas por profissionais, no período de aplicação do instrumento desta pesquisa, que já não encontram saídas nas abordagens coloniais em saúde para atender a gama de demandas recebidas é o coração, órgão que impulsiona a vida, deste trabalho. Ao objetivo desta pesquisa, como resposta, a interseccionalidade é trincheira prática (*instrumento aplicável na realidade*), analítica (*teórico-metodológica*) e executiva em sua operacionalização (*técnico-operativa*) para atender estas demandas a partir do que de novo elas trazem para a saúde pública. Pesquisar interseccionalidade como esta trincheira leva a superação da compreensão meramente analítica e categórica do conhecimento.

A articulação do Serviço Social com demais categorias profissionais rumo à garantia de direitos que localizam o corpo - não somente como alvo de violências, mas em uma perspectiva libertadora segundo Hooks (2004) - como um dos principais marcadores existenciais passa, principalmente, pela compreensão de que direitos sexuais e reprodutivos não se apresenta numa perspectiva medicamentalista³ e reduzida à diagnósticos. Esta escrita considera a atuação da equipe multiprofissional e interdisciplinar, vislumbrando o Serviço Social em seu exercício ético-político, como categoria que no âmbito da saúde se esforça para reforçar narrativas de compromisso com a integralidade, equidade, descentralização e participação social no interior do Adolescente (DF). Portanto, as perspectivas utilizadas são este compromisso com a constante renovação profissional firmada no projeto profissional.

³ Coordenador do Programa de Controle do Tabagismo da ISCMP, à nível de prevenção em saúde, Prof^o Luiz Carlos Córrea da Silva (UFCSPA, UFRGS, UPF) afirma a respeito de *medicamentalismo* (2010; p. 491): (...) “é mais fácil prescrever remédios do que atuar para mudar comportamentos”.

2. JUSTIFICATIVA:

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nasce a partir da compreensão da escrita como registro do percurso que o conhecimento faz até se materializar em palavra. Um dos maiores desafios para equipes, nesta pesquisa, é construir estes horizontes de atualização com direcionamentos, na atuação em equipes, que delimite as devidas atribuições profissionais, respectivos Códigos de Ética e direcionamentos ético-políticos de cada categoria profissional partindo de seus limites e possibilidades de atuação no Estado.

Sobretudo, este trabalho considera a disputa que intelectuais afro-diaspóricas traçam no chão da realidade onde inaugurar narrativas atravessa o acesso à saúde de qualidade, alimentação adequada, a compreensão de corpo, sexualidade e constituição do ser racializado no mundo⁴ não desassociados do olhar em saúde. Para Dos Santos (2019), cosmofofia é o medo do novo ou medo de olhar o mundo fora do que se considera, aqui na figura de vanguardas acadêmicas, conhecimento. Na realidade da saúde pública, o Serviço Social atua em conjunto com outras categorias profissionais firmado em seu Código de Ética Profissional.

No interior de categorias que exigem uma prática multidisciplinar, compreender a o acolhimento de demandas de violência na adolescência passa diretamente por visualizar como estas se constituem no interior das unidades de saúde, suas respectivas atuações e o rebatimento da colonialidade na forma como se estrutura práticas em saúde mental. O Adolescente (DF) foi campo desta pesquisa por ser um espaço de formação e capacitação profissional. Vislumbrar o conhecimento de profissionais em formação é construção de práticas no fazer profissional que não sejam encerradas em si mesmas ou construídas a partir de uma matriz do conhecimento que produz escutas e práticas profissionais igualmente fragmentadas. Nesse sentido, o serviço de saúde possui no seu interior os desafios profissionais apresentados nesta escrita por se tratar de um ambulatório em saúde mental referência no acolhimento de adolescentes, principalmente, por meio do Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência - PAV Caliandra - um dos PAV's, na rede profissional, que recebe alta demanda. A contracolonialidade enquanto forma de contracolonizar o pensamento - consequentemente práticas profissionais - emerge nesta escrita como caminho possível para renovação do conhecimento e a partir disto valorizar a Educação Permanente em Saúde.

⁴ Souza, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

Os caminhos apontados nesta pesquisa, demonstram a "*autocrítica caminhante*", sugerida por Krenak (2020), com exercício de auto-reflexão ou autoavaliação de práticas profissionais. O campo da saúde mental correlacionado à garantia de direitos sexuais e reprodutivos, exige o diálogo apresentado no trabalho a respeito de como se estrutura a compreensão de saúde mental historicamente. Uma das principais portas de entrada de usuárias nas instituições é o acolhimento em saúde como passo primeiro para triagem da demanda rumo à não violência.

CAPÍTULO I:

“Quanto amor perdeu que te corroeu?”⁵ A interseccionalidade como uma trincheira analítica:

*“Bereta estourando a cidade, seu
conceito, categoria e nomeação hoje é
marcha fúnebre, então.
Ao seu lado na trincheira, colocou pra
dormir com quem queria até mente
violar.
Nomeio corpo afro-diaspórico⁶ pra que
não receba o nome que você quer dar.
Diferente de você, olho pra dor do meu
irmão quando me vê do outro lado da
embarcação e pergunta: por quê ela e eu
não?
Não permito que o algoz se diga preto
porque na minha pele vê menos tinta,
você me viu à luz do dia devorada viva e
sentou pra apreciar como se matar um
igual fosse uma ferida ancestral curar.
Rima sanguinária no verso da reflexão
não vai te agradar.*

Hoje não vou cantar no seu ouvido canção de ninar”.

Versos pro Diário Escrever e Sobreviver (2022).

O poema inaugura, como introdução ao capítulo, uma discussão atual quando se trata de opressões e suas interseções à nível de Brasil: a mestiçagem. Não como pauta identitária, enquanto demanda de saúde pública uma vez que formas como corpos são lidos socialmente rebatem no manejo da inserção de adolescentes nas unidades de saúde e na produção de políticas em saúde. Munanga (2019), ao se propor a rediscutir a mestiçagem no território

⁵ Psicopretas Vol. 2 - Narceja Produções. Produção: Vibox; Yzalu. Gabi Nyarai,. Alinega OCRIME77,. Meg Pedroso,. Sistah Chilli,. Monna Brutal. (2018)

⁶ Rufino, Luiz. "Performances Afro-diaspóricas e Descolonialidade: o saber corporal a partir de Exu e suas encruzilhadas." *Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia*, 40 (2016).

brasileiro aponta caminhos para reflexão se olhares e categorizações desses corpos estão dispostos a resolver rimbos analíticos, existências e de pertencimento ou se seguem representando uma problemática para sociedade brasileira. Conseqüentemente, para a saúde pública.

Ainda que o quesito raça/cor seja obrigatório nos formulários de acolhimento em saúde desde do ano de 2017⁷ no interior dos serviços de saúde, desde a experiência de estágio obrigatório no Adolescentro (DF) (2017 à 2018), adolescentes preferem se declarar como “*amarelos*” (SIC), “*marrom claro*” (SIC) à pardos e negros representando uma problemática com resquícios permanentes não solucionados na produção de políticas em saúde para essas populações apontando na realidade do exercício de saúde necessidade abordagens pedagógicas⁸ com os mais novos sobre a temática. Para Akotirene (2019), o silenciamento da diversidade de lugares racializados não permite a evolução do debate.

Como se produz pesquisa ao passo que se vive o mundo de hoje, a partir de uma “*autocrítica caminhante*” como sugere Krenak (2020), o capítulo não poderia ser iniciado sem vislumbrar esta discussão atual latente à intersecção de opressões. Não como mera categoria de análise, é existencial e fundante. Esta temática de forma introdutória, sem pretensão de dar conta da discussão a partir de somente uma narrativa, demonstra de acordo com Krenak (2020) que enquanto se produzir pesquisa analisando “*o mundo como sujeito de pesquisa*” em contraponto a “*um mundo construído na pesquisa*”, um dos problemas presentes na forma como se produz conhecimento nesse modelo de vida anunciado e alertado constantemente pelo pensador, as conseqüências seguirão sendo estruturais nas abordagens profissionais.

A *autocrítica caminhante*, para Krenak (2020), possibilita que não se hierarquize dores, oferecendo caminho à construção de narrativas suficientemente honestas para assumir existências a partir do seu próprio lugar de mundo e arcar com elas. Não em contraponto a outras existenciais, localizando-as e nomeando-as “*(...) como se matar um igual fosse uma ferida ancestral curar P. (12)*”. Esse é um dos percursos para organizar dores, transformá-las em movimento - em saúde, existenciais e sociais - não somente em feridas abertas. Nesse sentido, Carneiro (2005) oferece caminho para essa perspectiva ao passo que garante:

Dirijo-me a ti Eu hegemônico, falando do lugar de “paradigma do Outro”
consciente de que é nele que estou inscrita e que “graças” a ele em

⁷ Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_implementacao_raca_cor_etnia.pdf> Acessado em 21/05 às 18:57.

⁸ A dimensão pedagógica está presente na intervenção do Serviço Social e em perspectivas como apresentadas por Nilma Lino Gomes em: ***O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação***. Editora Vozes Limitada, 2019;.

relação a mim expectativas se criaram, que mesmo tentando negá-las, elas podem se realizar posto que me encontro condicionada por uma “unidade histórica e pedagogicamente anterior” da qual eu seria uma aplicação (Carneiro, 2005. p. 20).

Carneiro (2005) assegura ainda que se dirige a este “*Eu hegemônico*” eliminando ruídos na comunicação e, para isso, esta hegemonia deverá abdicar do prazer em formar replicantes e não produtoras de pensamentos. A autora afirma cansaço das profecias auto-realizadoras deste “*Eu hegemônico*” que é o responsável por nomear pretos e pardos de “afro-descendentes” a fim de resolver a suposta problemática existente entre pretos e pardos criada pelo próprio “*Eu hegemônico*” - daí a escolha em utilizar afro-diaspórico nesta escrita.

Com o apoio conceitual da autora citada, tem-se margem para afirmar que a compreensão de interseccionalidade⁹ como uma trincheira analítica se dá neste trabalho na contra mão à um olhar colonial do conhecimento. Para Oyronké (2018), a forma como se estrutura a transmissão do conhecimento, no modo colonial de se pensar, é capaz de apagar ou reduzir narrativas em conceitos usados para e em nome de uma produção de conhecimento acadêmica.

Entretanto, não dão conta da gama do que é pensar quando se compreende narrativas como matriz da produção do saber. A forma como se organiza o pensamento e o transmite no Ocidente produz uma hierarquia de saberes. Krenak (2020) garante que a saída para se produzir esse tipo de pesquisa é *pesquisar o fim do mundo com o mundo*. É o que se vive diante do ápice da pandemia COVID-19 e a violação de direitos em saúde, sexuais e reprodutivos.

Com esse movimento, ainda de acordo com Krenak (2020) substitui-se o movimento de “*dar voz*” por “*ouvir as vozes*” que lá já estão – movimento necessário para contar a trajetória da interseccionalidade para pensadoras negras e afro-diaspóricas tendo estas como protagonistas na inauguração da intersecção de opressões no mundo. A hierarquia de conhecimento é responsável por produzir apagamento nos espaços de produção de conhecimento inviabilizando a produção de conhecimento destas pensadoras.

A interseccionalidade de opressões na escrita brasileira é marcada por figuras que foram tanto ponte para diálogo com o conhecimento ao redor do mundo quanto responsáveis por inaugurar esta discussão. À luz da intersecção de opressões, Gonzalez (1983) inaugura denúncias destacando a “*neurose da cultura brasileira*” como uma característica da sociedade brasileira. Para Gonzalez (1983) esta *neurose da cultura brasileira* acontece quando, de forma colonial, a sociedade converte corpos de mulheres negras aos lugares

⁹ Refere-se à compreensão apresentada por Lélia Gonzalez e Jurema Werneck.

sociais pré-estabelecidos por papéis sociais destinados pelo racismo como o de “*mãe preta*”, “*mulata*”, “*doméstica*”.

A partir dos lugares de “*mãe preta*”, “*mulata*” e “*doméstica*” apresentados pela pensadora, compreende-se que a complexidade destes lugares se materializa, na sociedade brasileira, a partir de diferentes lugares sociais a partir do que é culturalmente colonizado para mulheres da diáspora. Como neste trabalho o destaque são as adolescências, os papéis sociais pré-estabelecidos convertidos em lugares racializados supracitados, rebatem nos corpos jovens e adolescentes uma vez que são, por esta sociedade, olhadas e olhados a partir da ótica do *adultocentrismo*¹⁰.

Sobretudo adolescentes afro-diaspóricos, afirmados como já adultizados e corpos disponíveis para violação, dor e apagamento de seus anseios, quando marcados por um território, classe e raça. O Estado, de acordo com Ortegá (2018), infantiliza adolescentes negros e afro-diaspóricos em contraponto a validá-los como sujeitos, bem como os responsabiliza no momento de protegê-los^{11, 12}.

Se há uma estrutura de opressão que difunde os lugares sociais supracitados por Gonzalez (1983) para mulheres adultas, meninas que possuem corpos vistos como adultos pela mesma estrutura de opressão que dispõe estes corpos para serem violados, conseqüentemente, não serão sujeitas de direitos e protagonistas de suas adolescências. A neurose desta cultura brasileira é responsável por transformar os lugares de protagonismo de mulheres e meninas na história para lugares socialmente construídos a partir de uma ótica colonial:

“(…) Conseqüentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta.” (GONZALEZ, 1983. Pg. 224).

Esta ótica demonstra, portanto, como o fenômeno do racismo e sexismo são estruturas que recaem sobre estas mulheres e o fator central, para isto, são seus *corpos, a corporeidade, a auto-imagem* e os lugares *socialmente* estabelecidos fruto da *neurose* desta sociedade que culturalmente é ensinada a pensar por meio da *cosmofobia*. Ora, se a sociedade é construída

¹⁰ Corriqueiramente utilizado na saúde e educação, expondo a invisibilização de infâncias e adolescências Santiago, Flávio, and Ana Lúcia Goulart de Faria. "Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso." *Educação e Fronteiras* 5.13 (2015): 72-85.

¹¹ Docente do Departamento de Serviço Social (SER/UnB), lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Raça, Juventude e Violência (RAJ).

¹² Contato com a perspectiva em *Prática de Pesquisa Social 1 (2018)*. Endossada na matéria de Intervenções Psicossociais em Contexto de Violência: Matéria de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (UnB) ministrada por Assistente Social (UnB) e Psicóloga (UCB) Thawany do Nascimento Gomes em 12/10/2020 via Teams.

através de um saber fragmentado, doente e sintético (Dos Santos, p. 27, 2019), o racismo e todas as estruturas de opressão são produzidos e reproduzidos nesse modelo de sociedade.

Nesse sentido, se faz necessário, a nível de interseccionalidade, traçar um breve panorama mundial e considerar as especificidades da interseccionalidade no Brasil. Nesta escrita, este panorama mundial é considerado como pano de fundo ao passo que a interseccionalidade, na realidade brasileira, assume representações e manejos marcados pelo que é, de forma sócio-cultural, difundido como apresenta Gonzalez (1983). À nível mundial, pensadoras como Cresewah (2002) e Collins (2017) são fundamentais para apresentar intersecção de opressões como ferramenta viva ao longo da história por não ter sido somente *conceito* forjado a fim de demarcar um momento histórico importante: considerar que gênero, raça, sexualidade, território, classe e demais opressões caminham juntas. E uma coisa não é mera expressão da outra.

Collins (2017) garante que a interseccionalidade se modifica de acordo com sua inserção histórica a partir de suas respectivas traduções nos diferentes contextos intelectuais, sociais e práticos. A autora destaca, principalmente, a aplicabilidade da intersecção nas políticas emancipatórias atuais - e não menos a partir da forma como foi introduzida na academia - grande instituição da colonialidade que deve ser disputada como espaço de produção de conhecimento. No interior dos espaços de produção de conhecimento, é passível de disputas de narrativas. Cresewah (2002), como uma das principais estudiosas sobre a *teoria crítica da raça* é responsável por inaugurar interseccionalidade em seu território a fim de avaliar a *aplicabilidade do feminismo negro nas leis antidiscriminação*¹³ uma vez que raça e gênero são tratados separadamente.

Nesse sentido, existe a preocupação de que *teorias* estão sendo usadas, a nível legal, para pensar estes manejos. Para Goes (2019, p. 01) a interseccionalidade de acordo com Cresewah (2002) é: [...] “a associação de sistemas múltiplos de subordinação, sendo descrita de várias formas como discriminação composta, cargas múltiplas, como dupla ou tripla discriminação, que concentra problemas e busca capturar as consequências estruturais de dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”.

Interseccionalidade é uma trincheira viva historicamente - *trincheira analítica* - porque não se encerra em um conceito. Trincheira analítica emerge como uma possibilidade de pensar com estes corpos quando existe uma tomada de pensamento

¹³ Diálogo com Bim Adewunmi, onde a autora relata seus anseios sobre os estudos de interseccionalidade. Disponível em: [Kimberle Crenshaw sobre interseccionalidade: “Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar” \(geledes.org.br\)](#) Acessado em: 22/04/2023 às 10:19.

em diferentes territórios, socializações, organizações e culturas denunciando outros rumos sendo tomados na história. Acompanha, tanto à nível de Brasil quanto à nível mundial, a eclosão de lutas nos anos 80 protagonizadas por mulheres negras e afro-díaspóricas disputando a inserção e a visibilidade das demandas de saúde dessas populações nas agendas.

Importa, ainda, destacar o lugar dos movimentos populares e sociais modificando as estruturas das viradas históricas. O Movimento Negro Unificado (MNU), de acordo com Theodoro (2008), bem como as organizações disputadas por mulheres negras e afro-díaspóricas reivindicam neste momento histórico de eclosão de lutas sociais, principalmente, a não esterilização em massa de mulheres negras – violação de uma pauta fundamental no que diz respeito à direitos sexuais e reprodutivos.

A negação dos verdadeiros lugares destas mulheres, convertidos em papéis carregados de sexismo, racismo e de classe quando conveniente (*doméstica, mulata, mãe preta*) de acordo com Gonzalez (1983) estabelece lugares na história para essas mulheres que precisam ser disputados. O resgate do lugar matriarcal destas na cultura brasileira somente é possível a partir de um movimento de consciência e memória - reivindicado nestes momentos históricos de luta e organização. Este movimento é um movimento contracolonial. A contracolonialidade rebate na forma como esta escrita é construída de modo a não hierarquizar o conhecimento em conceitos e teoria como sugere Oyronké (2018).

No Brasil, estas mulheres são responsáveis por traçar aproximações com movimentos mundiais, nacionais, onde direitos sociais e em saúde, a partir destas disputas, entravam na tematização pública e anais da história, demonstrando como são disputas constantes ao passo que se renova a história, de acordo com Carneiro (2002). Por serem continuadas, travadas tendo como contexto o momento histórico, político e social se avalia, ainda, quais ferramentas usar nessas disputas. Necessárias sempre que opressões estruturais¹⁴ atravessarem a perspectiva da garantia de direitos.

A interseccionalidade é um importante marcador histórico para que existam políticas de saúde que considerem a pluralidade de existências - Collins (2017). Além das faces apresentadas por González (1983), ao tratar a intersecção de opressões em uma sociedade marcada por uma socialização, cultura, forma de olhar o mundo e lugares racializados que se diferem dos lugares racializados apresentados por Collins (2017) e Cresewah (2002) em suas obras.

¹⁴ CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, p. 209-214, 2002.

O movimento de *consciência e memória* - González (1983) - de modo a resgatar estas referências a partir da *contracolonialidade* permite compreender que, à nível de Brasil, o campo da interseccionalidade de opressões recebe os rebatimentos de movimentos internacionais. Entretanto, tanto a nível de combate à opressão quanto à nível de caracterização destas opressões em suas múltiplas facetas, para profissionais e para sociedade, é um campo de disputas de narrativas permeado por diferentes lugares racializados, sexualidades, territórios e povos.

Estas disputas estão traduzidas na história brasileira através da escrita, de disputas históricas e legais travadas para inaugurar a interseccionalidade como uma ferramenta fundamental para um território marcado por uma colonização que deseja subordinar a história de povos à uma *neurose da cultura brasileira*. Justamente por este motivo se considera a oralidade como uma *matriz do saber*, nesse modelo de história, uma vez que fazendo esta leitura de mundo sabe-se que muito não foi contado no modelo de sociedade brasileira.

Não obstante, a interseccionalidade se apresenta como um caminho para repensar se leis, legislações, jurisdições e embasamento para planejamento de políticas de saúde tecem materiais servindo para o manejo de profissionais no interior das instituições levando em consideração a realidade posta, sua aplicabilidade e os percursos da história brasileira quando o assunto é garantia de direitos, principalmente, sexuais e reprodutivos. Para Bispo (2023) a contracolonialidade hoje se apresenta como teoria porque as universidades somente se alimentam de conceitos. Entretanto, não foi escrita como conceito: *relatoria é diferente de teoria*¹⁵.

No campo da saúde, a pandemia COVID-19 demonstrou a necessidade de uma atuação multidisciplinar alinhada. Portanto, o acesso à direitos sexuais e reprodutivos se estruturam de forma anterior às paredes da unidade de saúde Adolescentro (DF). Passa desde o planejamento à execução de políticas de saúde, as práticas profissionais e alinhamento profissional atualizando constantemente intervenções profissionais, diante dos limites e possibilidades emplacados.

Para Bispo (2023) a relatoria é diferente de teoria. Acompanha o movimento da realidade e é produzida ao passo que se vive a história no mundo de hoje. De modo a utilizar a relatoria, sugerida pelo mestre, a favor de uma produção de conhecimento que acompanhe o período desta pesquisa (2021 à 2023), a interseccionalidade é apresentada como trincheira

¹⁵ Disponível em: [Aquilombar o Antropoceno, Contra-colonizar a Ecologia - YouTube](#). Acessado em: 26/04/2023 às 17:44.

analítica oferecendo subsídio para intervenção profissional em contextos de violência, principalmente, violência sexual no interior do Adolescentro (DF). A partir da compreensão de como a intersecção de opressões se estrutura ao longo da história responde às necessidades profissionais e necessidades de uma adolescência que precisa ser vista a partir desta lente para ter suas especificidades destrinchadas.

Werneck (2005), como desfecho, elucida que a combinação de opressões não se desassocia ao longo da experiência concreta de cada indivíduo ou povo. Não é uma mera associação como um acúmulo de opressões. De acordo com Nogueira (2018)¹⁶, em aula a respeito da temática, a intersecção de opressões não se assemelha à um cabide com casacos representando um acúmulo, em hierarquia, de opressões. Neste cabide, onde os casacos são opressões acumuladas se hierarquiza dores e opressões, o acréscimo de um casaco a mais pesa o cabide

Poemas, canções, prosas-poéticas e diálogos citados no decorrer desta escrita não servem somente para enfeitar a escrita, compõe diário de pesquisa¹⁷ de modo a registrar experiências de mundo e de pesquisa no momento em que o país atravessa, endossando a direção da escrita à compreensão de desafios profissionais relacionados à intersecção de opressões. Entretanto, de forma inevitável, cidadãos são ouvidos no cotidiano da aplicação de pesquisa onde se troca estratégias de sobrevivência, no serviço de saúde ou entre os deslocamentos cotidianos para arcar com a produção do material que segue apresentado no seguinte *Capítulo 03*. Destaco trecho de diálogo, retirado do diário desta pesquisa, que serve para ilustrar a forma como a sociedade recebeu uma das políticas assistenciais pensada de forma imediata para este período sem uma compreensão interseccional.

O diálogo é reconhecido como complemento às reflexões de pesquisa. Por isso, não é parte do instrumento de pesquisa (entrevista semi-estruturada), aqui citado cabendo a reflexão uma vez que para De Araújo (2003, p. 01) “[...] o diário de pesquisa é uma tecnologia na pesquisa qualitativa em saúde, cuja finalidade se mostra não apenas o registro das estratégias metodológicas empregadas na condução do processo de pesquisar em saúde, mas também se constitui em um modo de compreender o objeto de estudo em suas múltiplas dimensões”. O diário de pesquisa é um registro desta pesquisa que pode ser consultado para analisar discussões e diálogos registrados. Segue abaixo:

¹⁶ Matéria Optativa Cultura, Poder e Relações Raciais (2018) ministrada por Marjorie Nogueira Doutoranda em Política Social na área de Estado, Política Social e Direitos no PPGPS e Mestra em História na área de Estudos Feministas e de Gênero no PPGHIS pela Universidade de Brasília (UnB).

¹⁷ de Araújo, Laura Filomena Santos, et al. "Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde." *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research* 15.3 (2013).

"(...) Se você der 'auxílio emergencial (600,00)' - que é empréstimo mais caro que banco se você for ver - pra uma pessoa que tá no tráfico, sem trabalhar pra acabar com o tráfico, você acha que ela vai sair do tráfico ou vai virar um bicho?"

Usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) em situação de rua há 35 anos.

Versos pro Diário Escrever e Sobreviver (Outubro, 2021): Políticas focalizadas no Brasil, ascensão do fascismo e higienismo - onde a teoria sobre a qual você filosofa se aplica na sabedoria da rua e você não vê.

O percurso que este capítulo percorre em compreender a forma como interseccionalidade é registrada na história através da escrita, contribuições de suas pensadoras, características da intersecção de opressões à nível de Brasil no que tange às relações raciais estabelecidas nesta cultura e suas formas de inserção nos espaços de produção de conhecimento - não obstante os modos como se aplica na realidade - endossa a máxima de *trincheira analítica*.

Significa considerá-la não somente como conceito a partir de um distanciamento entre teoria/prática, invisibilizando a inserção desta no planejamento políticas públicas uma vez que políticas de saúde, em suas especificidades orçamentárias, de planejamento e reflexão, compõe o escopo de uma política pública. Ainda, situar a intersecção de opressões na realidade concreta, neste capítulo, possibilita pensar suas expressões na questão social brasileira sendo a pandemia COVID-19 no interior dos serviços de saúde agravante para aplicabilidade desta como instrumento de intervenção profissional.

CAPÍTULO II:

2. Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos nas Adolescências:

A compreensão de adolescência na perspectiva *semi-patológica* rebate na garantia de direitos para a juventude. Para Cerqueira Santos e Koller (2014 p. 20) [...] “adolescência não foi só naturalizada, mas percebida como uma fase *difícil* do desenvolvimento algumas vezes sendo até definida como *semi-patológica* e carregada de *conflitos naturais* por um período de *crise e desequilíbrio*”. Neste trabalho, *adolescências* admite que existem experiências desiguais no viver à nível de raça, território, sexualidade e demais opressões. A compreensão de ‘fase difícil’, ‘conflitos naturais por um período de crise e desequilíbrio’ fragmenta o ser social adolescente entre corpo, relações sociais, experiências raciais e mente, invisibilizando experiências no viver fundadas na intersecção de opressões. Estas direcionam os processos de saúde, desenvolvimento, vida e adoecimento.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência é compreendida entre 10 e 19 anos de idade. Já na perspectiva da proteção integral de adolescentes, disposta no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) este período compreende-se entre 12 anos aos 18 anos legalmente - exceto os casos previstos em lei para qualquer exceção. Neste trabalho, não há o intuito de dar conta de todos os desafios enfrentados nas adolescências ou na realidade de equipes multidisciplinares, interdisciplinares e categorias que atuam na linha de frente pela integralidade da atenção em saúde.

Nem mesmo há intenção de dar conta da complexidade de direções multiprofissionais que tangem a discussão de adolescência no Brasil compreendendo que, no campo da saúde ampliada, para categorias como a psicologia, medicina e até mesmo para o serviço social existem marcos norteadores diversos para cada atuação profissional, seus respectivos códigos de ética e direcionamentos para garantia de direitos em saúde na adolescência. A urgência, portanto, é comunicar profissionais atuantes no olho das contradições geradas por um sistema de classes que desmobiliza categorias profissionais.

O Estatuto da Juventude, que contempla adolescentes e jovens entre os 15 e 29 anos, vem contribuir visibilizando direitos que à luz do Estatuto da Crianças e do Adolescente (ECA) não recebem destaque de modo ampliado como o próprio direito à saúde. A partir do escopo deste estatuto, é possível endossar a necessidade de assegurar direitos sexuais e reprodutivos na adolescência uma vez que destaca a não discriminação por sexo ou orientação

sexual¹⁸: “Reconhecimento da diversidade e garantia da não discriminação por sexo ou orientação sexual: *Art. 17.* O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de: I. Etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo; II. Orientação sexual, idioma ou religião; III. Opinião, deficiência e condição social ou econômica”.

Adolescentes e suas adolescências nesta escrita são, portanto, compreendidos na perspectiva de sujeitos de direitos e deveres, detentores de voz, não como passivos à família e ao adultocentrismo. A partir da interseccionalidade de opressões, tem-se margem para considerar que adolescentes afro-diaspóricos, negras/es, LGBTQIAP+ e marcados por um território tem seus corpos, desenvolvimento, saúde mental vistos por uma ótica culpabilizante, disponível para violação diferente da compreensão de adolescentes e adolescências para aqueles não negros/es. Isto não isenta ambos de violações supracitadas, os papéis sociais difundidos estruturalmente para estes é o que se destaca em estruturas de opressão e conseqüentemente nas relações sociais.

Difundir a noção de direitos sexuais e reprodutivos na adolescência como um campo passível de disputas rumo à garantia de direitos é responsabilizar o Estado por garantir estes direitos. A disputa por esta garantia é travada por movimentos sociais e profissionais comprometidos com a temática durante acontecimentos, no decorrer desta pesquisa, que demonstraram verdadeiros ataques aos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil estando estes à mercê de concepções morais maleáveis às mudanças sócio políticas para seu desmonte.

No ano de 2021, enquanto esta pesquisa era produzida, é votado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva. O Brasil, na figura do então presidente Bolsonaro, se posiciona de forma contrária à garantia deste direito junto ao organismo internacional. O posicionamento precisa ser ratificado pelo Conselho de Direitos Humanos.¹⁹ Os reflexos dessa conjuntura no âmbito da saúde pública, são diretamente expressos não somente na forma como os serviços se estruturam em hierarquia, atribuições profissionais ou o que a sociedade e famílias esperam de atuações profissionais com adolescentes quando este é o posicionamento político-ideológico relacionado à saúde sexual e reprodutiva referenciado mundialmente.

¹⁸ Disponível em: <https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Guia-Juventudes-e-os-DSR-Revisao-Julho-2019.pdf>. Acessado em: 24.05. às 00:00.

¹⁹ Disponível em: [Relatório Anual das Nações Unidas no Brasil 2021 | As Nações Unidas no Brasil](#). Acessado em: 26/04/2023 às 13:34.

Este panorama reflete, principalmente, no direcionamento de práticas adotadas no âmbito da saúde mental talhando a autonomia de profissionais respaldados pelos respectivos Códigos de Ética. Reféns, em uma conjuntura neofacista de acordo com Mendes (2021), do que é tematizado como uma abordagem moralmente correta dentro desta temática para corpos, principalmente, jovens. Na perspectiva de saúde integral tanto discussões, quanto olhares e práticas em saúde pretendem acolher usuários em sua completude. Por isto, saúde sexual, reprodutiva e a prevenção às respectivas violações está diretamente ligado ao campo da saúde mental.

O Adolescentro (DF) é um ambulatório em saúde mental da atenção secundária. Profissionais de todas as categorias – assistentes sociais, médicas, psicólogas e psiquiatras, no período em que esta pesquisa era aplicada, faziam o acolhimento em saúde de adolescentes e família. O acolhimento é a porta de entrada do serviço desta saúde de saúde. Após o acolhimento, adolescentes são distribuídos no interior do serviço seguindo o Plano Terapêutico de cada um. O Plano Terapêutico é um instrumento desenvolvido manuseado pelo profissional neste primeiro momento de modo a traçar melhores caminhos para acolher as demandas deste adolescente no interior do serviço de saúde. Por isso, discutir práticas em saúde mental significa pensar as atribuições destes profissionais na unidade de saúde. A partir da Reforma Psiquiátrica, tem-se margem para compreender a saúde a partir de uma perspectiva ampliada surgindo um compromisso com a autonomia dos sujeitos, consequentemente, a compreensão de saúde mental para além de CID's ou saúde/doença. Para França e Lima (2022), a Saúde Coletiva, enquanto área multidisciplinar do conhecimento e forma de pensar a saúde, se estrutura em oposição às práticas individuais “que privilegiava o trabalho epidemiológico em detrimento da escuta do sujeito, do encontro com o singular” (FRANÇA e LIMA 2022, p. 45), modelo clínico comumente adotado quando se trata de saúde mental na adolescência ou infanjuvenil - campo responsável pela saúde mental de crianças e adolescentes.

Entretanto, a compreensão de clínica e consequentemente o que se tem em abordagem em saúde mental como consequência fica para França e Lima (2022. p, 45) “à margem nos serviços públicos de saúde, existindo a tendência a desvinculação entre clínica e gestão”. A gestão destacada pelas autoras, considera o planejamento, eixos teóricos e de atuação que direcionam o exercício profissional e a clínica no interior do serviço de saúde. O maior agravo em relação à prática profissional em saúde mental infanto-juvenil e esta cisão entre clínica e gestão é a fragilidade do campo da saúde mental infanto-juvenil ainda como campo “com

pouca representatividade no debate político, uma vez que crianças e adolescentes foram incluídos tardiamente nas políticas públicas de saúde mental (Couto & Delgado, 2015): somente em 2005 por meio da Política Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil (PNSMIJ).” (FRANÇA e LIMA, 2022, p. 46).

Ou seja, para além do que aborda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude este eixo de atuação na direção ao acolhimento da saúde mental de crianças e adolescentes é tardiamente inaugurado oferecendo materialidade para práticas em saúde mental na adolescência. Além de tardiamente inaugurado, constantemente atualizado uma vez que adolescência reflete em um cuidado em saúde mental para acolher corpos diversos. Para Silva (2021) ao tratar em prefácio o que é torna-se negro a partir dos processos em saúde mental que isto envolve explicitados por Santos (2021. p. 5) envolve “aceitar o imprevisto, suportar o tédio, desejar sem exigir, esperar sem expectativa”; O que um sujeito psicótico costuma nos costuma pedir?; “Ele nos pede lugar, tempo, escuta e palavras”. Por isso, nesta pesquisa se vislumbra uma construção contínua a partir destes novos caminhos de abordagens que possam visualizar sujeitos jovens em sua completude.

2.1. Direitos Sexuais e Reprodutivos como Panorama Histórico, Justiça Reprodutiva em debate:

Algumas perspectivas consideram, principalmente na medicina social²⁰, que a discussão de direitos sexuais e reprodutivos emerge à nível de Brasil a partir da discussão de controle de natalidade inaugurando a necessidade de planejamento familiar bem como a compreensão de saúde sexual e reprodutiva ao final dos anos 80. Neste trabalho, considera-se para além deste panorama, o engajamento de mulheres negras e afro-diaspóricas na disputa pela não esterilização em massa, fundamental para visibilização de demandas em saúde sexual e reprodutiva com raça e classe. A CPI instaurada nos anos 1990, de acordo com a *The Intercept Brasil* (2018)²¹ apresenta que 45% das mulheres em idade reprodutiva foram esterilizadas.

No período constituinte, pode-se destacar a participação de Sueli Carneiro em Conferências Internacionais a respeito da temática. A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes é um importante documento que destaca no trecho “Saúde” as disputas travadas nesse período.²² Como estes são direitos que para sua efetiva garantia perpassa direitos em saúde, os processos judiciais disputados no interior do SUS, encaminhamentos para demais instituições e disputas legais é necessário que profissionais compreendam como suas atuações profissionais são multidisciplinares, entretanto, norteadas por um projeto ético-político ou por eixos de atuação que são construídos continuamente por estas equipes no interior das instituições exigindo referência éticas, científicas e embasadas pelos Código de Ética Profissionais para uma atuação funcional.

De acordo com CEFESS (2022 p. 88, para o Serviço Social em específico: “É importante ressaltarmos que as legislações vigentes, especialmente as que repercutem em nossa atuação profissional na área socio-jurídica, em geral, impõem formas de atuação e exigências que podem colidir com os princípios do Código de Ética Profissional, requer um posicionamento coerente e firme da categoria”. Este posicionamento, atualmente destacado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) destaca temáticas caras para o Serviço Social brasileiro nas perspectivas de direitos sexuais e saúde com o posicionamento da

²⁰ Compreensão apresentada pela Prof^o do Departamento de Medicina Social Camila Giuliani durante o Curso Feminismos: Lumina - Educação para todos (Mulheres na Ciência). Módulo 03 Direitos Sexuais e Reprodutivos da UFRGS indicado por: Cravinas - Clínica de Direitos Sexuais e Reprodutivos (FD/UnB);

²¹ Disponível em: <https://theintercept.com/2018/07/18/laqueaduras-esterilizacao-forcada-mulheres/>. Acesso em: 15/03/2023. 15:15.

²² Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acessado em: 01/05/2023 às 16:37.

categoria em relação ao abortamento e a alienação parental. De acordo com Gois (2019 p. 51): “Que expressões da “questão social” estão embutidas na lide posta pelo processo judicial em questão? Que direitos estão preservados e que direitos estão violados?” Ainda considerar, de acordo, com Gois (2019 p. 51: “Na elaboração de laudos, buscamos privilegiar a análise social da situação em vez de sua descrição?”.

Na perspectiva do acolhimento em saúde de direitos sexuais e reprodutivos no Adolescentro (DF), a interseccionalidade de opressões é necessária uma vez que profissionais em encaminhamentos para outras instituições, manejos de seus instrumentos profissionais como elaboração de laudos, pareceres, declarações de atendimentos e processos de trabalho no interior da instituição se depara com a violação de direitos sexuais e reprodutivos. Estes profissionais, de acordo, com o instrumento de pesquisa qualitativo aplicado no interior do ambulatório em saúde mental da atenção secundária, necessitam ter como horizonte os desafios profissionais de caráter interseccional encontrados.

Bem como, os seus horizontes para resolução. Nesse sentido, esta pesquisa pretende visualizar os desafios para garantia de direitos sexuais e reprodutivos no interior da equipes multidisciplinar do Adolescentro (DF), traçar discussões ético-políticas de modo a apresentar um caminho inicial que responda às necessidades de categorias profissionais, conseqüentemente de usuários, rumo ao acesso de seus direitos.

Justiça reprodutiva surge, ao fim da aplicação desta pesquisa na unidade de saúde Adolescentro (DF), como um horizonte para estudos futuros. Considerando a relevância de temáticas já pesquisadas a respeito de direitos sexuais e reprodutivos tanto no interior do Serviço Social brasileiro quanto na tematização a respeito de prevenção em saúde compreende-se que justiça reprodutiva é um debate que pode contribuir com as concepções apresentadas. A compreensão de justiça reprodutiva é apresentada por Oliveira (2022) como caminho para emancipação humana e política. De modo que o tempo de produção deste material, não permitiu o aprofundamento teórico-metodológico desta discussão, é registrada neste trabalho como campo para debates futuros.

2.2. “Balança que pesa ouro, não deve pesar metal²³”: Desafios Legais na Atualidade:

Prosa-Poética - Escritos à Liberdade (2023):

“(…) A geração vive uma fatalidade, várias mentes se criaram nesse chão pra mudar o rumo da nação: não falar de asé por vaidade, discutir só no Twitter papo de tonalidade - ter mão pra apontar, mas nunca passar a mensagem. Se nas vielas ou até mesmo nas mesas informais da cidade prevenção em saúde e as diversas existências racializadas discutidas assim como se fala sem propriedade sobre quem dormiu com quem - esse tipo de conversa não evita mortalidade em idade reprodutiva, olha só a engrenagem. Seria mais um Jacó são e salvo no roçado. Assim tão acovardado não seria o desfecho que se prestaria como continuidade pra ancestralidade”.

Na perspectiva de direitos em saúde²⁴, como se desprende da prosa poética²⁵ acima apresentada, existem desafios para garantia de direitos sexuais e reprodutivos. Estes não são dispostos na Constituição Federal de 1988 de modo específico, orientando atuações profissionais no manejo de demandas sócio-jurídicas podendo ser atravessados pela concepção moral de que corpos merecem ou não ser cuidados – ou moralismo. Moralismo, nesta escrita refere-se não somente a uma corrente de pensamento que evoca comportamentos tradicionais afim da manutenção do que se considera bom e justo. Compreendesse moralismo também como práticas ou comportamentos que podem sobrepor uma compreensão crítica a respeito de opressões.

Principalmente, em momentos de ascensão do neofacismo de acordo com Mendes (2021). Gonzalez “(1983) auxilia a pensar quando apresenta os lugares de “mãe preta,” mulata” e “doméstica” citados ao longo desta escrita como a neurose da cultura brasileira auxilia a engrenar estes lugares socialmente construídos. A compreensão de moral e bons costumes, nesta perspectiva, está fundada no racismo estrutural e funciona de modo a conduzir a reprodução ou ainda negação de opressões na sociedade brasileira.

Ainda, esta fragilidade constitucional na tematização de direitos sexuais e reprodutivos de acordo com CFESS (2022) pode inserir categorias profissionais como o Serviço Social no

²³ Toque de Amazonas. Paulo César Pinheiro. Álbum: Capoeira de Besouro (2010).

²⁴ **Art. 196.** Constituição Federal de 88: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

²⁵ A principal característica da prosa poética é um texto livre, sem versos.

campo dos direitos sexuais e reprodutivos, atuando de forma conjunta com o campo sócio-jurídico, frente à desafios onde a categoria profissional deve endossar as atribuições dispostas no Código de Ética Profissional.

Estes desafios, conseqüentemente, passam pelas instâncias que deliberam estes direitos no Brasil tendo como base o que estabelece a Constituição Federal de 88. As diversas legislações em saúde auxiliam na direção à garantia de direitos em saúde. Entretanto, direitos sexuais e reprodutivos não são dispostos como direitos constitucionais embarreirando a aplicabilidade de direitos e intervenção de diversas categorias.

O Artigo 196 da Constituição Federal de 1988 estabelece a saúde como dever de todos e responsabilidade do Estado. Entretanto, de forma ampla para situações de violação de direitos sexuais e reprodutivos, violência racial e diversas opressões na adolescência, não considera os direitos sexuais e reprodutivos em seu corpo constitucional.

Para França e Lima (2022 p. 46) “(...) Uma das especificidades da infância e adolescência é demonstrar que, invariavelmente, o cuidado em saúde mental necessita de um entendimento de saúde em conceito ampliado, demandando uma articulação viva entre os diversos setores da rede de garantia de direitos”. Nesse sentido, os desafios legais enfrentados para uma séria tematização dos direitos sexuais e reprodutivos são caros para a discussão de saúde na adolescência em sua atenção multidisciplinar. O campo dos direitos sexuais foi tematizado e reconhecido tardiamente nas Conferências e Plataformas nacionais e internacionais configurando barreiras ainda vividas atualmente em um contexto brasileiro.

No que diz respeito às instâncias deliberativas que podem mover e modificar o campo dos direitos sexuais e reprodutivos, atualmente, o Supremo Tribunal Federal é a instância, dentro do Poder Judiciário, que está no centro da tematização social pelas diversas disputas em que a instância esteve inserida no período de aplicação desta pesquisa (2021 à 2023).

Como as instâncias jurídicas recebem rebatimentos do pano de fundo sócio-político do Brasil, um dos ataques mais agressivos ao campo dos direitos sexuais e reprodutivos à nível legal foi neste período a Portaria 2282/20 que obriga médicos a acionarem a polícia sem o consentimento da mulher vítima de violência sexual, incluindo às que chegam aos serviços de saúde em situação de abortamento.

A portaria vai de contra ao Código de Ética Profissional de médicas e médicos. Setores da sociedade civil organizada entraram com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 737) frente à proposta. Notícias mais atuais de acordo com o STF (2022) afirmam que a portaria, por ora, foi revogada. Entretanto, foi mantido no texto dessa proposta

a obrigatoriedade de médicos e médicas acionarem a polícia ao identificarem meninas e mulheres em situação de abortamento. O simples fato de pensar ações e políticas de justiça reprodutiva²⁶ tendo como orientação uma abordagem punitivista²⁷, atravessa a atuação de profissionais de saúde bem como representa insegurança no que tange o direito em saúde para estes corpos.

Acompanhando o percurso cronológico desta pesquisa, no ano de 2022 esta portaria é arquivada. No dia 14 de março de 2023 a constatação de quebra de sigilo entre médico e paciente leva a sexta turma do Supremo Tribunal Federal (STF) a trancar ação penal de apuração que avaliava o crime de abortamento provocado por parte da gestante paciente (artigo 124 do Código Penal - CP)²⁸. O respectivo trancamento representa marco em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) impedindo médicos de denunciarem mulheres em situação de abortamento. Nesta ação, o respectivo médico aciona a polícia e serve de testemunha apresentando prontuário médico contra a vítima e paciente.

O caso levanta a discussão da sociedade civil, segmentos de profissionais em saúde comprometidos com a garantia dos direitos em saúde, seus respectivos conselhos e instâncias representativas a respeito de práticas em saúde que vislumbrem o punitivismo e a escolha do que é acesso à saúde por parte de um profissional e sua referida prática profissional, endossando o esgotamento de práticas em saúde convenientes à manutenção do status quo neste modelo de sociedade. O esgotamento destas práticas recebe reflexos de determinações como conflito entre ética profissional, legislações e o interior das instituições. Portanto, práticas profissionais libertadoras são condizentes com o projeto ético político profissional, nunca destoante.

No que diz respeito a conjuntura política, o tempo de produção desta pesquisa ainda acompanha uma mudança de conjuntura histórica. Entre o período de *01 de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2022* o país é governado a partir de orientações político-ideológicas neofascistas, de acordo com Mendes (2021). Isto porque as características do governo à nível de gestão, planejamento e execução política-ideológica apresentam esta direção, principalmente, no que diz respeito à mercantilização e financiamento do Sistema Único de

²⁶ Brandão, Elaine Reis, and Cristiane da Silva Cabral. "Juventude, gênero e justiça reprodutiva: iniquidades em saúde no planejamento reprodutivo no Sistema Único de Saúde." *Ciência & Saúde Coletiva* 26 (2021): 2673-2682.

²⁷ Arend, Kathiana Pfluck. *Violência, punitivismo e criminalização da pobreza: as raízes do Estado penal à brasileira*. MS thesis. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020.

²⁸ Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/14032023-Sexta-Turma-tranca-acao-penal-por-aborto-ao-ver-quebra-de-sigilo-profissional-entre-medico-e-paciente.aspx>. Acesso em: 10/03/2023 às 16:47.

Saúde (SUS)²⁹. Ainda que a mudança de um governo neofacista para uma gestão que se comprometa com as demandas da classe trabalhadora assuma a gestão do país em *1º de janeiro de 2023*, os desafios na perspectiva da saúde pública permanecem.

Na figura, por exemplo, do Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas, que representa um retrocesso para a saúde mental no Brasil. Nestas comunidades, entidades privadas sem fins lucrativos se responsabilizam sem a devida fiscalização, por abordagens sem o devido caráter laico ou respectivas atribuições profissionais em suas ocupações pelo acolhimento de pessoas em situação de *drogadição*. A respectiva portaria que estabelece o funcionamento destas comunidades terapêuticas no atual governo não será aqui destacada uma vez que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) recomenda a extinção do departamento em 10 de fevereiro de 2023³⁰.

²⁹ Mendes, Áquilas, and Leonardo Carnut. "Crise do capital, estado e neofascismo: Bolsonaro, saúde pública e atenção primária." *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* (2020): 174-210.

³⁰ Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2874-conselho-nacional-de-saude-recomenda-a-extincao-do-departamento-de-apoio-as-comunidades-terapeuticas>. Acessado às 21:39 em 30/05/2023.

2.3. A condição específica da Adolescência:

É comum na tematização social a respeito da prevenção em saúde sexual, compreender a adolescência como período de desenvolvimento ou fase entre a infância e o adulecer. Esta compreensão invisibiliza adolescentes como sujeitos de direitos negando a adolescência como um período legítimo. Para Howana (2014), a fase de transição entre fase adulta e adolescência é complexificada a partir da compreensão de “fase de espera”: [...] As transições da juventude à idade adulta tornaram-se tão incertas que um número crescente de jovens, rapazes e raparigas, veem-se obrigados a improvisar formas de subsistência e relações interpessoais fora das estruturas econômicas e familiares dominantes (Howana, 2014, p. 399).

Para este tópico, compreende-se adolescência na perspectiva de juventude sem homogeneizar estas. O desafio apresentado nesta escrita é compreender adolescência na sua perspectiva de acesso à saúde sexual a partir de diferentes socializações, corpos e vivências. Legitimar este período como fundamental para o desenvolvimento onde os desafios de mundo emplacados são constituição de um ser social no mundo, não fase entre um período e outro. Apesar das discussões avançadas a respeito da adolescência no Brasil considerando direitos em saúde, territórios e sexualidades na prática ainda existe uma busca por “sanar” este momento da vida compreendido como conflituoso. Para adolescentes marcados por territórios, raça, classe e sexualidade a constante criminalização e contenção destes corpos leva a um manejo não efetivo das demandas apresentadas por esta juventude.

O retorno à ciclos de violência e, principalmente, a não adesão a práticas de cuidado em saúde sexual rumo à prevenção em saúde na rotina de cuidado ou ainda à não adesão à métodos contraceptivos visualizando o corpo como central nesse acolhimento, são reflexos de abordagens profissional. Tanto quanto rebate na prática profissional interferindo no fluxo do acompanhamento em saúde. De acordo com Hooks (2004), fortalecer a autonomia destes sujeitos como protagonistas do cuidado com seus corpos, sexualidades e existência podendo recorrer à atenção em saúde espaço de acolhimento de suas demandas, não reforço moral e punitivo de suas existências, possuem no fluxo do serviço de saúde maior efetividade na direção à proteção e prevenção, de acordo com observado no diário de pesquisa construído na aplicação do instrumento desta pesquisa. Esta autonomia é passível de ser apresentada demonstrando o limite e responsabilização dos comportamentos de risco na perspectiva do cuidado e não da punição.

A comunicação com o adolescente apresentando este horizonte, aderido como uma intervenção essencial a fim de participar o adolescente do seu tratamento em saúde e acompanhamento de sua própria vida, o localiza a partir da ótica de um sujeito de deveres. O Adolescentro (DF) por ser um ambulatório em saúde da atenção secundária recebendo demandas da atenção primária via regulação tem como perfil usuário, principalmente, adolescentes marcados por um território, pretas, pardas, permeadas por disputas geracionais decorrentes dos ciclos de violência emplacados em suas gerações. Nesse sentido, localizar o adolescente no interior do seu acompanhamento em saúde é fundamental para lembrá-lo que adolescência é um período legítimo da vida, diferente de infância ou fase adulta.

2.3 Sexualidade, Corpo e Contribuições da Educação como Prática da Liberdade:

Prosa-Poética: Escritos À Liberdade (2023):

Ao Serviço Social Brasileiro e à cozinha em comum há a destruição da servidão feminina inaugurada em potência novas narrativas e sabores de mundo. Diante da escassez de vida, autonomia e de alimento, a mínima ou máxima ação que modifica a estrutura não é pra fazer sentido à quem somente assiste. É para recuperar a vida de quem vive. Este é o aprendizado para quem maneja o rompimento de ciclos de violência ou os vive. Seve também à quem tempera - o que nutre a alma nem sempre será o que nutre o corpo. Há diferença entre “ter fome e não ter o que comer”.

A prosa poética inaugura a discussão do que significa se movimentar do lugar de objeto do outro para protagonismo das expressões do próprio corpo no mundo. Nesse sentido, para este tópico, considerando o movimento de *se pesquisar o mundo com o mundo apresentando por Krenak (2020)*, Hooks (2004) cita Jane Gallop (p. 225) logo no início do capítulo *Eros, Erotismo e o Processo Pedagógico* de “*Ensinando a Transgredir*”.

A partir de Hooks (2004) se materializa o conhecimento aqui apresentado possibilitando o desapego, de quem escreve e quem lê, da colonização das compreensões de sexualidade na história ousando pensar como a juventude está inseridas nas narrativas que vivem, Ainda assim, adolescentes e jovens são protagonistas de suas trajetórias. O apelo da autora é que mulheres não se insiram nos espaços de produção de conhecimento como seres *desencarnados* ou para categorias profissionais, a partir de um distanciamento do sujeito

como se a realidade do outro fosse ‘contaminável’ em uma perspectiva positivista³¹ de intervenção profissional.

A autora afirma [...] “os homens que se encontram de algum modo pensando o corpo têm mais probabilidade de ser reconhecidos como pensadores sérios e de ser ouvidos. As mulheres têm antes de mais nada provar que são pensadoras o que é mais fácil quando acatam entre o pensamento sério e o sujeito encarnado na história” (HOOKS, 2004, p. 255). Este foi um percurso vivido nesta pesquisa uma vez que é necessário deslocar-se do lugar do lugar de definida pelo outro para protagonizar nossas próprias histórias, a partir do momento que se decide produzir conhecimento por meio de novas narrativas.

Para Hooks (2004), a cisão entre corpo e mente na perspectiva do eros, erotismo e do processo pedagógico que para jovens é existente em abordagens pretendiam aprender o corpo. A compreensão de que a adolescência é uma fase de experimentações e novas experiências relacionadas ao corpo existe somente para adolescentes visualizados como permitidos ao adolecer. Diante das grandes barreiras para prevenção, a introdução de contraceptivos se mostra no Adolescente (DF), como via de prevenção à gravidez na adolescência já considerando as falhas na educação em saúde como a não adesão do preservativo nas relações sexuais. A gravidez na adolescência decorrente dessa prática, é uma preocupação das categorias profissionais uma vez que representa a violação de um direito reprodutivo: planejamento familiar.

Entretanto, a sexualidade no Brasil é um espaço que se apresenta como campo de disputa de direção e atenção em saúde. As políticas de abstinência na perspectiva de negação do sexo e sexualidade são apresentadas como um caminho de prevenção e controle de natalidade indo de contra à efetiva garantia de direitos sexuais e reprodutivos como políticas que pretendem a autonomia de corpos em sua totalidade abrangendo a saúde mental. A educação em saúde, acompanhamento de escolhas e o reforço de políticas que abrangem o cuidado integral em oposição a abstinência e negação da sexualidade como política preventiva levam estas juventudes a aprenderem seus próprios corpos e interações com o mundo. Munidos deste auto-conhecimento, o cuidado em saúde se torna uma prática inerente às relações afetivo-sexuais não somente existente entre a dualidade saúde e doença.

Na perspectiva da interseccionalidade de opressões, o corpo, de acordo com Oyewùmí (2018), é um marcador existencial em organicidade relacionado aos territórios, sexualidades,

³¹ Corrente de pensamento protagonizada por Augusto Comte que compreende a manutenção da ordem como ascensão social.

orientações sexuais e afetos. Não sendo somente biológico, é fundamental ser localizado nas relações do ser social jovem. Quando se pensa o corpo integrado às comunidades, relações sociais e experiências de mundo concorda-se com Soares e Bill (2005 p. 108) ao considerar “[...] Ódio está aqui, ali, onde houver vida humana. Violência também está em todo lugar. Crime é parte da rotina da cidade, de toda cidade. Não se trata disso, dizia Flávio, dissera Yucca ao Flávio, é diferente. O que está acontecendo é diferente. No Rio, há muito crime violento há décadas. Isso se sabe. O novo, o que é perturbadoramente novo é o ódio, o volume e a qualidade do ódio que corre nas veias dos garotos”.

O auto-ódio de adolescentes aos seus corpos, territórios, realidades rebate em uma compreensão de não acesso à prevenção em saúde naturalizada para estes corpos, como apresenta as profissionais do Adolescentro (DF) de acordo com os dados colhidos nesta pesquisa. Como consequência, essa compreensão rebate na ausência de adesão à práticas de cuidado em saúde sexual. Nesse sentido, demandas chegam “*não nomeadas*”, como apresentado na Entrevista 02 com uma das assistentes sociais por parte desta juventude. Isto, por não aprenderem um caminho de organização de suas dores como sugere Gomes (2017) numa perspectiva de movimento negro educador.

A colonialidade reforçada pela criminalização de vidas destinada à corpos jovens negros favelados, utiliza o auto-ódio como uma ferramenta que dá lugar à contenção de corpos. A partir da concepção de moral e bons costumes reforçando o acesso à cidade a partir de padrões elitistas a partir do que é considerado “cidadão de bem” é pintada como via de cuidado em acolhimentos em saúde que negam a realidade destes corpos aproximando-os a padrões de relações sociais, formas de existir, formas de acesso à saúde suas realidades, os violentando e afastando-os do auto-conhecimento ou pertencimento às suas identidades no mundo.

O racismo institucional, como estabelece Werneck (2004), se reproduz a partir desta negação fomentando uma política de ódio e conseqüentemente negação de identidades no interior de instituições de saúde. Ou ainda, de acordo com Almeida (2019), engrenado pela estrutura social que reflete diretamente na forma como estes corpos são acolhidos pela saúde pública. Sexualidades, desejos e trazer este diálogo para instituição de saúde, por vezes, é substituído pelo auto ódio por parte ou este ódio desorganizado uma vez que estes têm acesso à informações em saúde opostas de suas realidades levando a compreensão que saúde não é para estes corpos, somente doença.

Hooks (2004) demonstra que para corpos adolescentes negros e afro-diaspóricos considerar o eros e erotismo nos processos pedagógicos de educação em saúde é um caminho que vai na contramão à um reforço de uma saúde higienista com padrões de cuidado irrealistas. A criminalização, violência, constantes mudanças nos padrões socioeconômicos, padrões de abuso geracionais e relacionais são realidade na vida de jovens marcados por um território, raça, cor e sexualidades. Entretanto, estes corpos disputam suas autonomias a partir de suas próprias estratégias de sobrevivência. No processo de introdução ao cuidado em saúde mental, na maioria das vezes tardia para estes corpos, considerar seus avanços, disputas e resistências diárias é um modo de evocar uma política de saúde mental que não apague a diversidade de vivências.

Capítulo III:

3. Caminho metodológico – Jornada metodológica:

A compreensão de jornada metodológica ou percurso metodológico, para além de somente apresentar a metodologia usada na pesquisa, considera na perspectiva de produção de dados e narrativas, todos os passos dados em direção à pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento. nesta jornada, até mesmo o campo de estágio na mesma instituição em que esta pesquisa se desenvolve - Adolescente (DF) - é o primeiro contato com a instituição, primeiras reflexões e, em um segundo momento, a decisão de desenvolver esta pesquisa.

A aplicação desta pesquisa se inicia quando um questionário online é enviado via e-mail para profissionais da unidade de saúde que demonstram interesse em participar da pesquisa realizado via e-mail como uma seleção inicial considerando limites e possibilidade para participação das entrevistas. Avaliando, portanto, com este breve questionário prévio se há espaço amostral suficiente para aplicação de um instrumento de pesquisa considerando que, diante da pandemia COVID-19, profissionais foram realocados do Adolescente DF em função da campanha de vacinação ou não teriam disponibilidade para aplicação de um instrumento de modo presencial.

Diante da pouca quantidade de profissionais disponíveis para as entrevistas (6) de uma equipe de servidores efetivos não muito maior que o dobro desta quantidade lotados na unidade no período de aplicação da pesquisa podendo variar nos anos seguintes -, as perguntas de pesquisa são pensadas considerando a atual conjuntura vivida à nível de saúde pública, os desafios profissionais e reflexões para soluções de demandas interseccionais destacando os eixos temáticos dispostos nas perguntas e respostas das entrevistas: *direitos sexuais e reprodutivos, violações de direitos sexuais e reprodutivos, acolhimento no serviço de saúde, violência doméstica, condições de trabalho, instrumentos profissionais e intersecção de opressões.*

A respeito dos eixos temáticos utilizados para elaboração das perguntas e, consequentemente encontrados nas respostas, de modo a analisar se as respostas dos profissionais no material respondiam de fato as perguntas feitas, caminho fundamental para o desenvolvimento de uma pesquisa social³², abarcou as seguintes etapas pesquisa: 1) 2021 - questionário prévio para quantificar quantos profissionais estariam disponíveis para as

³² DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

entrevistas surgindo pandemia inaugurando outro contexto na unidade de saúde diferente do período de estágio obrigatório (2017 à 2018); 2) 2021 - aplicação de instrumento de pesquisa, 3) 2021 - rebatimentos da conjuntura e processos de saúde e doença atravessando pesquisadora – retomada do material após recuperação; 4) 2023 - análise do material e 5) 2023 - condições de produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - **2/2021 à 1/2023** – em sua totalidade. Estes cuidados se dão por razão da conjuntura, marcada por divulgações de informações errôneas como fake news por razão da conjuntura política de caráter neofacista exigindo fomento de acesso à informações confiáveis para população e profissionais.

No período de produção deste material, o momento histórico é de ataques à ciência, divulgação de *fake news*³³, desvalorização dos processos de saúde e doença de pesquisadoras e pesquisadores uma vez que estas e estas não foram prioridade nos grupos prioritários de vacinação. De acordo com o Ministério da Saúde (2020), conteúdos produzidos tendo por base indicadores são relevantes para pesquisas em saúde utilizados na recuperação de literaturas científicas em fontes como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

A ferramenta *DeCSMeSH Finder (Descritores em Ciências da Saúde)*, inaugurada neste mesmo período (2020), permite que conteúdos sejam elencados nesta biblioteca a partir de descritores. Fundamental para oferecer embasamento científico para os conteúdos pesquisados online a respeito de temáticas em saúde, auxiliando a utilizar a tecnologia a favor de uma produção de conhecimento de qualidade. Os eixos temáticos supracitados surgem nas entrevistas com as equipes multidisciplinares surgem constantemente durante as respostas, demonstrando a relevância e atualidade dos temas que surgem no material das entrevistas semi-estruturadas mesmo diante do período cronológico de aplicação do instrumento permeado por rupturas e continuidades.

Bill (2005) em *‘Cabeça de Porco’* narra os processos de produção de pesquisa acompanhando a realidade. Destaca como funcionam os rebatimentos da pesquisa para aquele que a coloca no papel. Garante que é possível deter informações importantes e ao mesmo tempo lidar com a exaustão de não ser parte fora daquela realidade, mas vivê-la na pele e produção de conhecimento (BILL, 2005 p. 18): “(...) Comecei a me acostumar com as pegadas, barulhos de gente, vozes de viciados e outras loucuras. O tempo se encarregou de me fazer relaxar”.

³³ Senado aprova projeto de lei de combate à Fake News conhecido como *PL das Fake News Lei 2630/20*. Disponível em: [PL 2630/2020 - Senado Federal](#). Acessado em: 31/05/2023 às 09:36.

Um dia de cada vez foi vivido na produção dessa pesquisa. Inicia-se em um contexto pandêmico. Por compromisso com a aplicação do instrumento de pesquisa, não se desiste do mesmo e se segue com a produção. Sobretudo, considerando que continuar com a aplicação deste (instrumento de pesquisa) poderia subsidiar a colheita de dados necessários ao fomento de novos diálogos sobre para intervenções profissionais a partir de uma perspectiva interseccional. A decisão e escolha de não postergá-lo, leva ao compromisso com a qualidade metodológica desta pesquisa em não permitir que esta se torne obsoleta considerando que o instrumento é aplicado em um dos momentos auge da pandemia COVID-19.

Seguir com a produção de pesquisa, leva a um reencontro com a escrita como campo vivo que acompanha a história. Não como objeto passivo, meramente analítico. Um dos maiores desafios foi produzir toda a análise de todo este material (2023), compilar os anos de estudo, explicitar as maiores diferenças entre o ano de estágio obrigatório (2018), os anos de aplicação e estudo deste material (2021 à 2023), deixar o leitor ciente de que não há abandono da temática, todo tempo decorrido para finalização do material é marcado por desafios existenciais, políticos que também fazem parte da construção deste material: em computadores de bibliotecas públicas. Essa perspectiva de escrita possibilita o retorno ao ato de escrever como uma prática de liberdade. Foi estudando o percurso dos movimentos necessários ao encontro de um método de pesquisa que acompanhasse a realidade que o material é produzido. A escrita aqui presente encontra quem a escreve todas as vezes que se pensa em desistir dela. Isto porque quando se escreve sobre o que vive, não é possível se formar profissionalmente sem revisitar, organizar o que funda existências coletivas no mundo. A partir de profissionais e profissionais em formação, intervenções profissionais são sobretudo direcionadas por um Código de Ética Profissional, nunca desfragmentadas na realidade.

Principalmente, para o Serviço Social que é uma profissão atuante nas contradições de um Estado que aparelha políticas de saúde; as relações de pesquisa, como mão de obra intelectual e humana inseridas na realidade concreta, recebem sobre si os rebatimentos de serem uma força de trabalho despendida. A decisão em seguir com o material posterior à pandemia COVID-19, leva ao tratamento do material entre a aplicação do instrumento (2021) e anos seguintes contextualizando-a, elaborando-a, lapidando-a, buscando referências para embasá-las ou permitindo que as referências chegassem até a escrita. Enquanto esta mão de obra intelectual

Entre 2022 e 2023 esta toma vida com a seguinte sequência: 1) 2021: aplicação do instrumento de pesquisa; 2) 2022: gargalos para aplicação e produção de pesquisa considerando pesquisadoras como inseridas na realidade concreta; 3) 2023: contextualização do instrumento de pesquisa e análise do panorama geral tendo em vista os anos decorridos, a escrita acompanha momentos históricos, mudança sócio-políticas, no interior da saúde pública e sócio-jurídicas que mesmo de forma breve, por razão de todos os percalços, segue registradas neste material.

3.1. Estratégias metodológicas e metodologia:

A hipótese desta pesquisa garante que profissionais inseridas em equipes multidisciplinares encontram desafios para destrinchar demandas com características interseccionais rebatendo na garantia de direitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, o instrumento de pesquisa aplicado na unidade de saúde Adolescente (DF) se tratou de uma entrevista semi-estruturada considerando que as profissionais atravessavam desafios advindos da pandemia COVID-19. O instrumento, neste formato, visou compreender subjetividades e desafios de cada categoria profissional e suas atuações em equipe

O material foi transcrito utilizando os áudios gravados das entrevistas como orienta Fontanella (2011). Entretanto, o roteiro escrito à mão anotando respostas das profissionais no momento da pesquisa auxiliou a elencar informações das respostas uma vez que o tempo estabelecido para as entrevistas foram de trinta minutos (30min), a conjuntura frágil leva as respostas de pesquisa a se estenderem. Como as perguntas de pesquisa buscavam compreender os desafios das profissionais, não era possível interrompê-las no momento das respostas quando buscavam os melhores caminhos para apresentar suas respostas, anos de instituição e sobrecargas no momento pandêmico.

Este roteiro manual de anotações das respostas significou, uma das estratégias metodológicas utilizadas de modo a prover uma análise do material condizente com as respostas. A metodologia de pesquisa utilizada é de uma pesquisa social de método qualitativo. A análise desses dados conta com o método de dedução frequencial e análise de categorias temáticas, de acordo com Caregnato e Mutti (2006). Esta análise de ‘categorias temáticas’ toma corpo nesta pesquisa a partir da Análise de Conteúdos (AC), como sugere Bardin (1979). A análise dos conteúdos das entrevistas semi-estruturadas permite desprender das entrevistas lentes que respondem a hipótese de pesquisa apresentando a interseccionalidade como horizonte para a atuação profissional uma vez que a hipótese de pesquisa garante os desafios destes profissionais em suas atuações.

A estratégia em compilar essas lentes em: “*os processos de trabalho da equipe profissional*”, “*a interseccionalidade como horizonte profissional*” e “*pra que o amanhã não seja só um ontem com um novo nome*”, não substituem uma análise individual de cada entrevista. A partir da caracterização das entrevistadas pode-se compreender categorias e atuações profissionais uma vez que a equipe é multidisciplinar. Não somente abordagens individuais ainda que consideradas de acordo com os espaços sócio-ocupacionais de cada profissional. Entretanto, por razão da limitação de tempo e todos os desafios encontrados na jornada metodológica as lentes supracitadas pretendem alcançar não somente o objetivo geral desta pesquisa, respondendo também aos objetivos específicos de modo que oferece, a partir do compilado de todas as entrevistas, compreensões interseccionais que auxiliam a traçar caminhos de modo a auxiliar ao acolhimento de demandas de direitos sexuais e reprodutivos e as respectivas opressões.

3.2. Cuidados e Procedimentos Éticos:

Os procedimentos éticos quando se trata de corpos jovens e temáticos como saúde sexual e reprodutiva são colocados em cheque na tematização social quando direcionados à adolescentes. Sobretudo, com a crescente onda de informações não científicas vendidas ou propagadas como informações em saúde nos últimos anos. Sexualidade e adolescência tratadas a partir de um viés moralizante, em contraponto a uma perspectiva de proteção e prevenção em saúde, substituem os manejos necessários na direção a não violação destes corpos na adolescência quando tratados somente como fator-problema.

Nesta pesquisa, já ciente destes desafios, as profissionais são ouvidas com resguardo de seus nomes e identidades. Os trechos das entrevistas citados foram registrados com consentimento das mesmas. A análise das entrevistas em diálogo com as respostas apresentadas pelas profissionais é disposta buscando fidelizar o que é apresentado pelas profissionais explicitando que esta é uma pesquisa na linha das ciências sociais aplicadas que exige esta análise uma vez que as profissionais, no período da pandemia, preocupam-se com a resistência das famílias em relação às temáticas onde abordar sexualidade, educação em saúde sexual e direita sexual e reprodutiva causou receio nas famílias ao que esses assuntos poderiam gerar. Isto por uma onda de desinformação propagada sem respaldo científico ou demonstrando como a prevenção em saúde sexual auxilia na proteção à violências que poderiam talhar a intervenção profissional das mesmas.

Nesse sentido, respaldando as profissionais Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) são assinados individualmente para além do anexado assinado pela

chefia da unidade. Não dispostos em anexo justamente para não expor nomes, CRM's. Podendo ser consultados, assim como o corpo das entrevistas realizadas, por demais pesquisadores e profissionais no banco de dados da própria instituição. Os caminhos desta pesquisa, tanto quanto ao conteúdo apresentado quanto pelo esforço da equipe profissional para atualizar oferecer práticas profissionais alinhadas às demandas de adolescentes e famílias, demonstram a responsabilidade ética com a temática indo de contra a compreensão de que este é um tema que exige pudor ou que representa riscos.

3.3. Estágio obrigatório como espaço de Observação e Apontamentos:

O campo de estágio (2017 a 2018) no Ambulatório em Saúde Mental Adoloscetro (DF), precisa ser considerado nesta escrita por ter sido um dos primeiros contatos com os desafios existentes no campo da saúde pública tendo em vista as Diretrizes Curriculares do Serviço Social, a Política Nacional de Estágio em Serviço Social³⁴ e a Educação Permanente em Saúde (PS)³⁵ que estabelece diálogos entre pesquisadores e profissionais como parte da formação em Serviço Social. O campo de estágio foi fundamental para compreender, na perspectiva de formação continuada, que para famílias e adolescentes rompendo com ciclos de violências³⁶ a urgência é tratar temáticas diretamente ligadas a este momento que se vive podendo ocasionar em um acolhimento emergencial de demandas.

A grande evasão ou frequência substituída por outras consultas médicas em grupos que tratavam de demandas como raça e interseccionalidade de opressões resultava, neste período de estágio, em um acúmulo de demandas em saúde mental para adolescentes. A principal experiência foi vivida no grupo *Ressignificando Experiências Raciais*, uma das propostas de intervenção de estágio, onde observou-se as diferentes vivências relacionadas à violência sexual para adolescentes pretas e pardas a partir dos papéis sociais destacados por González (1983).

Neste período, o ambulatório ainda atendia o entorno do Distrito Federal e o deslocamento, pagamento de passagens para adolescente e família, alimentação ou falta de acompanhante para adolescentes faziam com que, principalmente o público do entorno, somente frequentasse o serviço de saúde nos dias considerados fundamentais como consultas médicas, dentista, psiquiatra, fonoaudiólogo. A partir dessa observação, nasce a compreensão

³⁴ Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acessado às 15:15 em 30/05/2023.

³⁵ Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/educacao_permanente_saude.pdf.

³⁶ Termo utilizado pela equipe profissional de modo a considerar que estruturas de violência geram um ciclo onde estas se retroalimentam.

de que abordagens relacionadas à interseccionalidade de opressões precisam existir não somente em um grupo no interior do serviço de saúde, mas na rotina de atendimentos. Desde então, estrutura a intenção desta pesquisa que segue.

No período de execução do estágio obrigatório durante o ano de 2017 a 2018 o contexto no ambulatório em saúde mental era diferente do contexto no qual esta pesquisa foi desenvolvida. Tanto pelas demandas que a unidade de saúde atendia abarcando também o entorno do Distrito Federal, contexto este anterior também à pandemia COVID-19. Entretanto, ainda neste período (01) uma oficina foi realizada com a equipe de profissionais do PAV Caliandra introduzindo o debate à interseccionalidade para equipe profissional. Ainda nesse período a equipe já apontou a necessidade de uma articulação entre a equipe multidisciplinar e demais profissionais da rede, uma vez que adolescentes vitimadas por violências ou que tem seus direitos sexuais e reprodutivos violados chegam até o serviço de saúde na figura principalmente do PAV Caliandra vivendo latências que perpassam a saída do núcleo familiar para casas abrigo, presença em Conselhos Tutelares, delegacias. Consequentemente, convivendo com os manejos de espaços sociojurídicos³⁷ e suas respectivas instituições de jurisdição.

Em estágio obrigatório, oficinas sob a supervisão das respectivas supervisoras de campo são realizadas com residentes a respeito da temática considerando o potencial de multiplicadores da temática no corpo do serviço. Materiais fruto destas oficinas são registrados no banco de dados do serviço de saúde de modo que profissionais pudessem recorrer a esta experiência frente aos desafios existentes na rede. Um dos últimos encontros com a equipe multidisciplinar e residentes, trata sobre a interseccionalidade no interior do serviço de saúde desde este período de estágio sendo possível compreender a diferença no panorama institucional nos anos seguintes com relação ao acolhimento das demandas com características interseccionais. No final do período de estágio obrigatório (2018), a Secretária de Saúde estabelece através de normativa a finalização de atendimentos aos adolescentes do Entorno Sul³⁸ priorizando somente adolescentes do Distrito Federal.

3.4. Estudos e Cosmologias:

Contracolônia é o modo de apresentar nesta escrita caminho de *ser antes de ter*, como garante Bispo (2023). Numa perspectiva de formação continuada considerando a

³⁷ Campo de atuação do Serviço Social no âmbito jurídico. Disponível em: [Caracterizacao do sociojuridico . CFESSsubsídios_sociojuridico2014.pdf \(uel.br\)](#). Acessado em: 31/05/2023.

³⁸ Disponível em: [Atendimento para adolescentes com transtornos mentais e/ou vítimas de violência sexual - Secretaria de Saúde do Distrito Federal \(saude.df.gov.br\)](#). Acessado em: 31/05/2023.

educação como prática da liberdade, escrever sobre o que se vive é ter chão sólido para pisar em si antes de liberar a palavra. É nutrir-se antes de nutrir o outro. Não se esvaziar para caber. A contracolônia permite que o conhecimento como formação profissional tome direção, saiba de forma crítica quais são as disputas travadas nos momentos em que simplesmente se ocupa uma categoria profissional ou vislumbra ocupá-la. A academia representando a educação superior como instrumento da colonialidade e espaço de disputa se constitui da mesma forma que a saúde pública a partir da lógica higienista da dominação.

Nesse sentido, os saberes são cristalizados de modo a responder às necessidades de manutenção destas estruturas. A escolha em beber das referências apresentadas nesta pesquisa para produção desta escrita demonstra o esgotamento destas teorias uma vez que nem a forma de produção de conhecimento tem respondido em sua totalidade as necessidades da sociedade e os próprios espaços de produção de conhecimento tem escolhido recorrer a estas perspectivas que há poucos anos atrás eram impossíveis de serem citadas em uma escrita de trabalho de conclusão de curso, por exemplo, por somente serem referências orais.

Este esgotamento está traduzido em movimentos evocados que pretendem responder com reabastecimento o que a colonialidade esgota. Como o I Simpósio de Serviço Social e Relações Étnicas Raciais (2020) que acontece, ainda que na pandemia COVID-19 de forma online, convoca discussões na direção à constante ruptura com o conservadorismo e estrutura de opressões. O simpósio evoca a necessidade de endossar as diretrizes antirracistas no interior da categoria profissional de assistentes sociais. Temáticas neste Simpósio como o papel de assistentes sociais no combate ao racismo se localiza, atualmente, no interior da categoria. Grupos de Trabalhos como GT 06 que discutiu infâncias e adolescências frente ao racismo institucional e à branquitude na perspectiva de educação em direitos humanos. Os resultados registrados em anais deste Simpósio encontram-se no referencial teórico deste trabalho monográfico para consulta.

3.5. Caracterização das Entrevistadas:

Foram entrevistados (6) seis profissionais considerando que este é espaço amostral (100) uma vez que a totalidade da equipe incluindo os servidores efetivos da unidade, como já explicitado, atravessam neste momento realocamentos devido a campanha de vacinação em razão da pandemia COVID-19. A equipe profissional não possui corpo significativamente maior que o entrevistado de modo que o espaço amostral se torne insuficiente para validar a hipótese de pesquisa que garante os desafios destas profissionais rumo à garantia de direitos sexuais e reprodutivos na adolescência frente a interseccionalidade de opressões.

As profissionais ouvidas possuem tempo de atuação na unidade, presentes em todos os manejos relacionados a violação de direitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, vale ainda ressaltar que a divulgação da pesquisa através de questionário inicial foi feita considerando como critério primeiro profissionais vinculadas ao PAV Caliandra (Programa de Atenção à Violência Sexual) da unidade de saúde ou que recebiam demandas de violações de direitos sexuais e reprodutivos. Em segundo lugar, considerou-se profissionais que participavam do acolhimento (primeiro contato do público-usuário com a unidade de saúde) de adolescentes e famílias afim de compreender como as demandas chegavam até o serviço de saúde. Desse modo, a seleção de entrevistadas utilizou o método bola de neve em pesquisa qualitativa onde um critério inicial é estabelecido (manejo com a violação de direitos sexuais e reprodutivos/violência sexual) para indicação de profissionais as demais entrevistas dispondo os filtros supracitados.

Psicologia: Duas (2) das duas profissionais entrevistadas afirmam que as demandas não chegam ao serviço caracterizadas. Adolescentes chegam até a unidade com o motivo do sofrimento, não com a demanda, principalmente, demandas raciais. “*Não chegam com a demanda*” (*Entrevista 05*).

Serviço Social: Uma (1) das assistentes sociais afirma que adolescentes pretas, pardas, baixa renda são o maior público usuário do serviço por ser um serviço público. Uma (1) das assistentes sociais afirma que o serviço recebe todas as entradas.

Medicina (Ginecologia): Uma (1) das médicas (ginecologista) afirmam que demandas inseridas no acolhimento não recebem atenção efetivas na garantia de materiais preventivos a partir da educação sexual em saúde;

Medicina (Pediatria): Uma (1) das médicas (pediatra) afirma que demandas recebidas no acolhimento não se inserem na rede de matriaciamento;

8. Análise das Entrevistas, Resultados e Discussão:

A resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) N° 674/2022³⁹ tipificou as pesquisas em dois grandes grupos: a) Estudos que visam descrever ou compreender fenômenos que aconteceram ou acontecem no cotidiano do participante de pesquisa; e b) Estudos que visam verificar o efeito de produto ou técnica em investigação, deliberadamente aplicado no participante em virtude da pesquisa, de forma prospectiva, com grupo-controle ou não”. (ANPED, 2022). Esta pesquisa, portanto, segue o primeiro grupo. Embora esta seja uma

³⁹ Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/Resolucao_674_2022.pdf. Acessado em: 29/05/2023 às 19:51.

pesquisa de graduação, seguir os padrões de pesquisa utilizados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) garantem um compromisso ético com a qualidade dos dados aqui apresentados.

De acordo com Minayo (2011; p. 21) a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. “Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Nesse sentido, as entrevistas são aqui analisadas a partir da Análise de Conteúdos (AC), de acordo com Bardin (1979), tem por objetivo “chegar em indicadores que permitam a inferência de conhecimento relativo às condições de produção e recepção dessas mensagens”. Sem perder de vista que o produto final das análises dessas entrevistas é encarado de forma “aproximativa” uma vez que a realidade e as atuações são mutáveis.

Ainda de acordo com Caregnato e Mutti (2006) e França (2017, p. 48) o método de dedução frequencial ou análise por categorias passa por etapas gerais: **1)** a pré-análise; **2)** a exploração do material e o tratamento dos resultados. A pré-análise dispôs lentes das quais utilizaremos para visualizar estes dados e suas nuances de acordo com Fontanella (2011). Estas lentes advindas das entrevistas das profissionais poderão compilar algumas constatações de pesquisa. São estas: **I)** processos de trabalho da equipe profissional, **II)** principais desafios da equipe multidisciplinar, **III)** “Pra que amanhã não seja só um ontem com um novo nome”.

Nesta avaliação, métodos para constatar a saturação teórica da temática são utilizados de modo a garantir, dentro da perspectiva da pesquisa de método qualitativo, a qualidade dos dados apresentados. Graficamente, se observa com transparência aquilo que é trazido pela equipe profissional. A saturação teórica em pesquisa qualitativa, de acordo com Fontanella (2011), oferece credibilidade os dados qualitativos apresentados afim de que estes não sejam compilados a partir de anseios individuais. A tabela a seguir demonstra a saturação teórica dos temas descritos em cada entrevista.

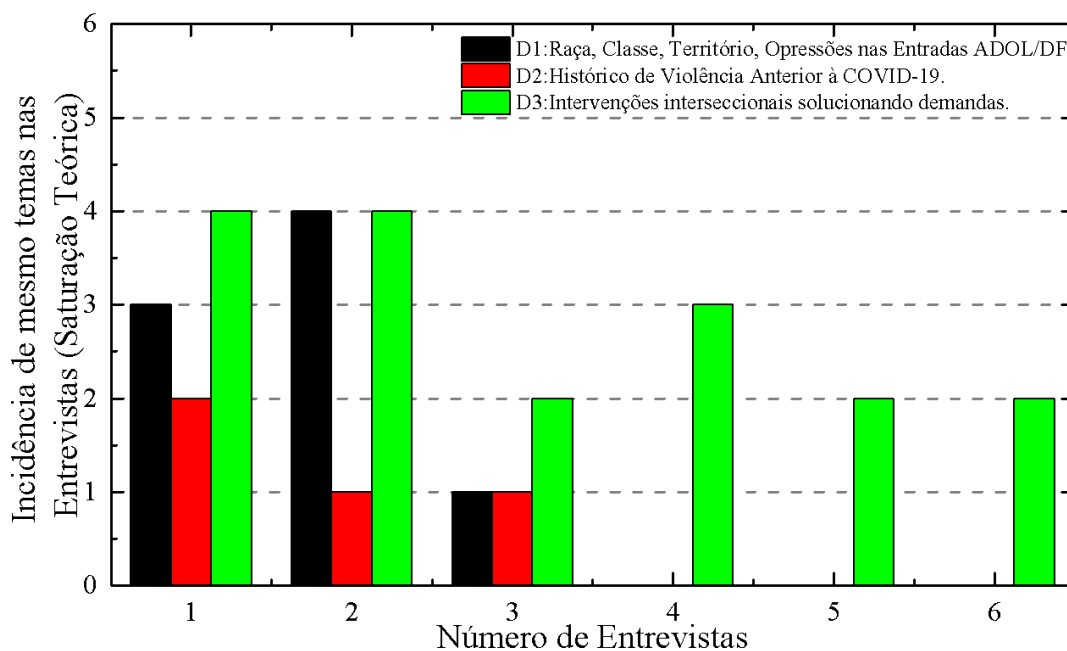
Fontanella (2011), sugere de forma anterior ao gráfico do tipo que demonstra a entrada dos mesmos temas no decorrer das entrevistas, alencar em uma tabela os temas e tipos de enunciados que surgem. Entretanto, por razão do tempo limitado considerou-se os descritos expostos no início desse capítulo, partindo diretamente para o gráfico construído de modo a demonstrar nas seis (06) entrevistas a saturação teórica dos eixos temáticos desta pesquisa. Os marcadores e temas que surgem no decorrer das entrevistas, mesmo que de forma individual,

são considerados nas reflexões e perspectivas de pesquisa apresentados no decorrer desta escrita.

Para Fontanella (2011):

“(…) Alguns enunciados apareceram uma única vez, mas outros são frequentes. O número de recorrências não é importante, pois apenas revela o que teria sido mais comumente enunciado em uma amostra intencional, refletindo históricos pessoais específicos, sem possibilidades de generalização matematizada para o universo estudado. Entretanto, o pesquisador talvez queira discutir com mais ênfase esses dados, pressupondo que sejam parte importante do imaginário do grupo ou considerando tratar-se de temas com maiores possibilidades de exemplificação, mais aderidos à empiria. (FONTANELLA, p. 392, 2011).

A seguir o gráfico abaixo para ilustração:



3. Observações D1: Raça, Classe, Território, Opressões nas Entradas ADOL/DF:

1. Seis (6) de seis (6) profissionais afirmam que adolescentes não chegam com demandas de violação caracterizadas no Serviço de Saúde;
2. Dois (02) profissionais identificam somente raça e classe nas entradas do Serviço (Entrevista 04 e 06);

3. Dois (02) profissionais assumem que demandas chegam à unidade somente como "sofrimento" (Entrevista 01 e 05);
4. Um (01) das profissionais afirmam que demandas de violação chegam por captação ou encaminhamento (Entrevista 06);

4.1 Observações D2: Histórico de Violência (ciclos de violência) Anterior à COVID-19:

1. Três (03) das profissionais afirmam "*acentuação de sofrimentos já existentes*" (Entrevista 01, 03 e 05);
2. Duas (02) das profissionais assumem falha no papel protetivo da saúde (Entrevista 02 e 06);
3. Duas (02) das profissionais afirmam "reclusão em casa" como agravo de violências no período pandêmico (Entrevista 05, 06);
4. Duas (02) das profissionais afirmam que há agravo em violações por razão de "*casas adultocêntricas*" (Entrevista 01 e 03);
5. Duas (02) das profissionais afirmam interferência no funcionamento da atenção integral em saúde "*atendimentos emergenciais e falta de efetivo por razão realocamento de profissionais para campanha de vacinação*" (entrevista 2 e 4);
6. Uma (01) das profissionais afirma que os pais protetivos contribuíram no período da pandemia para continuidade do vínculo com a unidade de saúde (Entrevista 3).

4.2 Observações D3: Intervenções Interseccionais solucionando demandas (Interseccionalidade como possibilidade de intervenção profissional):

1. Seis (06) das profissionais afirmam que falta treinamento profissional, referências, multiplicadoras da temática - uma perspectiva da Educação Permanente em Saúde – e fomento da temática.

Entrevista 01 - "*A adolescência é muito mais direitos sexuais do que reprodutivos'. Direitos sexuais são diferentes de direitos reprodutivos e é preciso trazer que diferem de sexualidade.*"

Entrevista 02 - "*Os trabalhos feitos (residentes, estagiários, oficinas) valeram a pena. No viés terapêutico: educação em saúde "é não ter medo de ter abordagem".*"

Entrevista 03 - "*A negação. Nunca é trazida como queixa a gente que precisa identificar as demandas.*"

Entrevista 04 - *“Falta estudo. A maior limitação é não tratar o assunto como prioridade, como algo transversal. Meninos negros, por exemplo, vivem violências de mulheres mais velhas. Não trazem como violência, mas nomeiam.”*

Entrevista 05 - *“Ampliar multiplicadores”;*

Entrevista 06 - *“Mais trabalhado pra saber “o que fazer com a resposta?”. Onde estão pretas e pardos na rede? Falsa representatividade”.*

Inferre-se das entrevistas, como resultado, que os dados aqui demonstrados respondem a hipótese de pesquisa. De modo aproximativo ou que pode modificar-se com os movimentos históricos e sociais, de acordo com Minayo (2011) a respeito de pesquisa social, alcançam saturação teórica a partir do gráfico acima apresentado. Este gráfico considera os descritores *direitos sexuais e reprodutivos, violações de direitos sexuais e reprodutivos, acolhimento no serviço de saúde, violência doméstica, condições de trabalho (COVID-19), instrumentos profissionais e intersecção de opressões e a entradas das temáticas nas entrevistas*. As observações auxiliam a visualizar detalhes desta compreensão de modo a reforçar que o método qualitativo responde a uma pesquisa social. O pequeno espaço amostral (06), levando em consideração a conjuntura e atravessamentos expostos produzem material suficiente para dialogar com perspectivas, subjetividades e desafios profissionais como sugere Minayo (2011). Uma das grandes preocupações deste material é o tempo decorrido entre a aplicação do instrumento de pesquisa (2021) e a produção da escrita: 2022 como um período de contornar desafios de campo, rebatimentos em saúde, demais atravessamentos reais e 2023 como período de finalização do material com vínculo de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Entretanto, é justamente este percurso metodológico que permite registrar informações, ainda que necessárias de aprofundamento para uma qualidade científica, até então não registradas academicamente durante ou ao após a pandemia COVID-19 enriquecendo os esforços emplacados nesta escrita.

5. Processos de Trabalho da Equipe Multiprofissional:

A maioria das profissionais apresenta nas entrevistas semi-estruturadas a necessidade de um esforço da atenção integral, principalmente durante a pandemia COVID-19, bem como uma necessidade constante de alinhamento interno entre a equipe multidisciplinar no que diz respeito aos procedimentos de trabalho que levem em consideração a intersecção de opressões. Além de um alinhamento interno, a unidade de saúde por ser um ambulatório referência na rede de saúde, exige este diálogo à nível de rede. O Adolescento (DF) se utiliza da elaboração de um Plano Terapêutico desde o acolhimento de

adolescentes e família para em seguida direcioná-los no interior do serviço aos grupos existentes mediados por profissionais diversos da equipe multidisciplinar ou seguirem para acompanhamento individual.

Desprende-se desta pesquisa, que a dificuldade das profissionais para destringir demandas interseccionais surge a partir do primeiro contato com estas demandas uma vez que as profissionais atendem por dia uma alta demanda e, em sua maioria, relatam o fato de adolescentes não apresentarem a demanda nomeada ou não saberem como nomear sofrimentos. Esse fator interfere nos processos de trabalho da equipe multidisciplinar à nível de planejamento, execução e acompanhamento das demandas.

Esse desafio pode se materializar na realidade do serviço de saúde como motivo de evasão de adolescentes e família da unidade de saúde quando não acolhidos em sua completude, não cumprimento do fluxo de acompanhamento ou acolhimento dos sofrimentos em sua completude como apresentado pela equipe. Nas entrevistas, as profissionais apresentam a falta que reuniões em equipe fazem para alinhar demandas como estas. Apresentar à equipe a interseccionalidade de opressões, em sua capacidade analítica e intervenção profissional, como parte dos processos de trabalhos da unidade de saúde possibilita um caminho para evitar desde o acolhimento destas demandas.

5.1. A interseccionalidade como horizonte profissional:

A interseccionalidade de opressões se apresenta como um horizonte profissional uma vez que, a partir de uma perspectiva contracolonial, trás neste trabalho horizontes que podem ser consideradas no planejamento da unidade de saúde ou nos instrumentos de trabalho da unidade de saúde como a elaboração do Plano Terapêutico. Possuir uma concepção crítica a respeito de como demandas de violação de direitos sexuais e reprodutivos chegam até a unidade de saúde não somente no formato de violência sexual.

Como apresentado pelas profissionais da medicina, a não adesão a um método contraceptivo que não seja invasivo, a falta de perspectiva de vida ou decisão sobre os próprios corpos e relacionamentos também configuram-se como uma violação de direitos sexuais e reprodutivos. Ainda, na perspectiva de raça, classe e território, por mais que a unidade de saúde seja um serviço público onde a maioria da população é este público esse não é um fator espontâneo. O acesso à saúde é uma questão de cidadania e o acesso à cidadania uma questão territorial onde corpos são marcados por este fator.

Nem sempre chegar até a unidade de saúde significa a garantia de um direito. Por isso, uma unidade de saúde que busca alinhar abordagens em raça, cor, classe e sexualidade de

modo a não *patologizar* vidas ou ainda compreender a saúde mental destas populações para além do estigma de uma saúde mental sempre fragmentada entre corpo, mente e subordinada aos fatores sociais que atravessaram as vidas dessas populações, o serviço de saúde alcançará majoritariamente estes públicos pela propagação na rede de um serviço que acolha demandas interseccionais.

Não meramente porque uma unidade de saúde pública com foco na adolescência recebe somente atravessamentos dessas populações endossando a compreensão desta fase como uma fase de problemáticas. Ou ainda para adolescentes marcados por uma raça e um território, fragilizada, empobrecida e adoecida. As perspectivas contracoloniais auxiliam a pensar de modo caminhante como sugere Krenak (2020) e, a partir desta ótica, novas narrativas podem significar caminhos para intervenções profissionais que não se encerrem em si mesmas e nas barreiras burocráticas.

5.2. Construindo para que amanhã não seja um ontem com novo nome -

Paráfrase de AmarElo - Emicida:

De modo a pensar a constante atualização profissional, o fato de demandas não chegarem caracterizadas a unidade de saúde pode evocar desafios para profissionais da equipe multidisciplinar. Nesse sentido, é necessário que as categorias inseridas na equipe multidisciplinar entrevistada saibam evocar a dimensão da atuação profissional na perspectiva da educação em saúde, tendo como horizonte lançar mão de abordagens que consideram a constituição racializada de adolescentes, suas existências e anseios como garante Hooks (2004).

As pesquisas desenvolvidas em campo por instituições acadêmicas colhem dados das instituições em saúde e assumem a responsabilidade ética em pesquisa de retornar nestes materiais não somente problematizações, mas caminhos que possam contribuir com a atualização profissional. Portanto, no interior da equipe multidisciplinar que na rotina do serviço de saúde, por vezes, vive a falta de momentos para diálogos entre diversas categorias e construção de materiais em comum para direcionar abordagens profissionais encontram em materiais como esses apontamentos da equipe que consideram abordagens em sua organicidade. Não de modo a responsabilizar categorias profissionais por falhas no funcionamento do serviço de saúde, mas considera-las em sua completude rumo à uma atuação profissional comprometida um novo modelo de sociedade.

Respondendo ao que a contracolonialidade propõe para uma escrita: uma produção de conhecimento a partir de uma perspectiva caminhante, este é um material de escrivência como apresentado por De Jesus (1960). Organizado politicamente e profissionalmente, portanto, não há esforço em ultrapassar os limites que uma escrita deste tipo emplaca em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Utilizando a escrita como ferramenta para erguer a voz, não reviver ciclos de violência rumo à produção de conhecimento, este material se encerra de forma reduzida.

Entretanto, ao seu principal objetivo deste trabalho, ainda que de forma breve, se traça esta trincheira analítica. Este material entregue neste formato serve, principalmente, como registro de um caminho de pesquisa que encontra esta pesquisadora escritora ao longo de uma graduação, registrado na história de modo que as novas gerações possam compreender a possibilidade de uma formação superior em produzir conhecimento de forma alinhada ao que propõe o projeto ético-político do Serviço Social e a um projeto educacional antirracista, contracolonial e engajado.

Esta produção de conhecimento compila o aprendizado de gerações dentro do Serviço Social nesta Universidade de Brasília (UnB). Mestras, professoras e profissionais. Por isso, este trabalho monográfico apresenta perspectivas de futuro alimentando a esperança. Endossando as Diretrizes Curriculares do Serviço Social, ao apresentar caminhos para responder as necessidades de profissionais inseridas em equipes multidisciplinares e, conseqüentemente das juventudes, a partir da interseccionalidade de opressões considerando as estruturas de raça, classe, sexualidade, cisheteronormativas e adultocentricas como estruturais para a questão social brasileira na perspectiva da garantia de direitos em saúde.

A decisão em encerrar esta material neste momento, com a escrita neste passo ainda que pudesse continuá-la, serve para que com os devidos insumos, instrumentos de pesquisa e oportunidades de maturação teórico-metodológica a respeito da temática, esta linha de pesquisa siga sendo estudada a partir do devido compromisso com a educação como prática da liberdade; como sugere Hooks (2004). Uma produção de conhecimento liberadora, não deseja esvaziar mente, corpo, alma de quem produz conhecimento e protagoniza a realidade, para abastecer os conhecimentos acadêmicos.

Deste modo, instituições como a Universidade de Brasília (UnB) garantem, neste momento histórico, abrir as portas para que conhecimentos contracoloniais e marginalizados sejam disputados. Para isso, é necessário aprender caminhos de bem-viver para que tais mentes escrevam não reduzidas às suas existências no mundo: vislumbrando nestas existências potencial, inclusive, para estratégias de sobrevivência onde produzir conhecimento com qualidade de vida seja uma realidade para tais pensadoras, indo de contra aos alarmantes índices de suicídio, adoecimento e cultura da violência nas universidades brasileiras. Uma produção de conhecimento contracolonial deseja, portanto, nutrir mentes, almas e corpos que produzem conhecimento à sua época de modo que a vida não se encerre nas palavras traduzidas neste papel. Se reabasteça ao passo que se pensa o mundo vivido afim de construir, a partir do presente, o futuro sonhado.

6. Conclusão:

Este trabalho monográfico, cumprindo sua função para obtenção do requisito de bacharel em Serviço Social, apresenta um caminho de pesquisa, referências e acúmulos de uma graduação permeada por desafios inerentes ao que representa uma primeira formação profissional. O compromisso com a educação pública de qualidade permite compreender a educação como uma prática da liberdade onde a partir do conhecimento se traça caminhos. Acessar a universidade pública é receber investimentos da sociedade e o anseio de intuições para que o conhecimento produzido ao longo destes anos retorne como uma resposta às necessidades sociais.

Esta pesquisa se esforça para, ainda que de forma breve e desafiadora, apresentar neste material monográfico uma produção de conhecimento. Não somente uma reprodução do conhecimento. No interior de categorias profissionais, novos profissionais em formação assumem a responsabilidade da construção de um futuro onde as barreiras encontradas no hoje refletem no aprendizado de atuações profissionais que considerem esta realidade.

As cosmoviões aqui apresentadas a partir de uma compreensão contracolonial são reconhecidas tardiamente pela academia onde saberes há anos passados de geração para geração somente podem ser utilizados neste trabalho por terem sido transcritos por pesquisadores com este compromisso de mundo ou no momento que a partir de disputas travadas por estes pensadores e pensadoras assumiram suas próprias vozes no interior destas instituições. Ao passo que a pesquisa demonstra as latências da sociedade, das equipes profissionais e das juventudes nos últimos anos em busca de respostas para as diversas violações de direitos e expressões da questão social. Erguer a voz permite que esses saberes não sejam mais utilizados em nome de outros ou suas trajetórias do conhecimento fossem narradas por vozes terceiras.

Esta escrita registra a interseccionalidade como uma trincheira analítica configurando sua capacidade de instrumentalização e intervenção profissional. Apresenta esta dimensão para categorias profissionais multidisciplinares. Entretanto, denuncia o esgotamento da colonialidade onde o efetivo manejo da interseccionalidade como uma ferramenta de intervenção profissional, exige o igual compromisso profissional, ético-político e social com a contracolonização do pensamento, a contracolonização de abordagens profissionais e o desapego de um mundo que já não acolhe mais corpos em sua completude com práticas esgotadas. Em uma formação profissional, novos caminhos são constantemente apontados por uma formação continuada.

Ter ouvidos pra ouvir o novo, pisando firmes nos passos que vieram antes, renova categorias profissionais firmadas em seus projetos ético-políticos. Rememora-se aqui qual é a verdadeira disputa travada na direção à não violência de adolescentes afro-diaspóricos. Esta pesquisa evoca, aprende e considera contribuições já existentes no interior da categoria de assistentes sociais – como se trata de um trabalho monográfico final da graduação nessa área do conhecimento – a respeito da temática de direitos sexuais e reprodutivos. Demonstra que enquanto a academia se torna instrumento da colonialidade disputando narrativas somente no seu interior institucional, adolescentes e categorias profissionais necessitam ser alcançados por estes esforços.

7. Referências:

ADRIANA DE ANDRADE, D.'Ajuz et al. Relato de Experiência: Grupos Terapêuticos com Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. **Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental**, v. 10, n. 2, p. 77-86, 2021.

ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 146-156, 2021.

ANAIS ELETRÔNICOS DO I SIMPÓSIO SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (2020). Disponível em: [v. 1 \(2020\): Anais eletrônicos do I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais | I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico Raciais \(openjournalsolutions.com.br\)](https://v.1(2020).Anais_eletronicos_do_I_Simpósio_Serviço_Social_e_Relações_Étnico-Raciais_I_Simpósio_Serviço_Social_e_Relações_Étnico-Raciais_(openjournalsolutions.com.br).). Acessado em: 06/06/2023

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 01, p. 229-236, 2000.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AREND, Kathiana Pfluck. **Violência, punitivismo e criminalização da pobreza: as raízes do Estado penal à brasileira**. 2020. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016 / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social**. 2018. Universidade de Brasília (UnB). Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília: Ministério da Saúde.

BOTELHO, Denise; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Celebração Móvel: políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade de gênero e raça.

CASTRO, Rosana. “Necropolíticas e adoecimento: genocídio negro, gênero e sofrimento”. 2019.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Severine Carmem. Estatuto da Criança e “Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças”. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, p. 1214-1238, 2019.

CFESS, *Conselho Federal de Serviço Social*. “Diálogos do Cotidiano Assistente Social: Reflexões sobre o Trabalho Profissional”. **Caderno 03**, Brasília; 2022. Disponível em: www.cfess.org.br. Acessado em: 04/07/2023 às 11:05.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DA SILVA ALMEIDA, Magali. “Diversidade humana” e racismo: notas para um debate radical no serviço social. *Argumentum*, v. 9, n. 1, p. 32-45, 2017.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 133-151, 2012.

DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Livraria F. Alves, 1960.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

DINIZ, Debora; PEREIRA, Lucélia Luiz. Educação sexual para adolescentes: um estudo sobre as moralidades dos aconselhadores. **Ser Social**, n. 10, p. 225-240, 2002.

DORNELES, Dandara Rodrigues. PALAVRAS GERMINANTES: ENTREVISTA COM NEGO BISPO. **Identidade!**, v. 26, n. 1 e 2, p. 14-26, 2021.

DOS SANTOS, Antonio Bispo. "Somos da terra." *Piseagrama, Belo Horizonte* 12 (2018): 44-51.

EURICO, Márcia Campos. A Reprodução do Racismo Institucional no Contexto da Sociedade Brasileira. BOSCHETTI, Ivanete... [et al.] (org.) *Que Política Social Para Qual Emancipação?* Brasília: Abaré Editorial, 2018, p.209-221.

FONTANELLA, Bruno Jose Barcellos et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de saúde pública*, v. 27, p. 388-394, 2011.

FRANÇA, Valdelice Nascimento de. *Da clínica a gestão: uma política para os Capsi do DF*. 2017.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman editora, 2009.

GOES, Emanuelle. "Interseccionalidade no Brasil, revisitando as que vieram antes." **Blogueiras Negras**. (2019).

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Limitada, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223-244.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. SANTOS, Debora Silva; GARCIA-FILICE, Renisia Cristina; RODRIGUES, Ruth

Meyre Mota (org.) A Transversalidade de Gênero e Raça nas Políticas Públicas: limites e possibilidades. Brasília: Universidade de Brasília-UnB, 2016, p.44-67.

SANTIAGO, Flávio; DE FARIA, Ana Lúcia Goulart. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. **Educação e Fronteiras**, v. 5, n. 13, p. 72-85, 2015.

LOPES. Fernanda. “Experiências Desiguais ao Nascer, Viver, Adoecer e Morrer: Tópicos em Saúde da População Negra no Brasil.” In: Saúde da População Negra no Brasil: contribuições para a promoção da Equidade (Projeto 914BRA/3002) Convênio FUNASA/MS e UNESCO Brasília, Agosto de 2004.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Crise do capital, estado e neofascismo: Bolsonaro, saúde pública e atenção primária. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 174-210, 2020.

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência: interações ONU-Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 2523-2531, 2015.

OLIVA, Anderson Ribeiro, Marjorie Corrêa Marona, and Renísia Cristina Garcia Filice. *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. Autêntica, 2019.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária. 2021.

ORTEGAL, Leonardo Rodrigues de Oliveira. Atos de reexistência: juventude negra, reinvenções e resistência anti-extermínio. 2022.FONTANELLA, Bruno Jose Barcellos et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de saúde pública**, v. 27, n. 2, p. 388-394, 2011.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké, Leonardo de Freitas Neto, and Osmundo Pinho. "Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos." **Novos Olhares Sociais** 1.2 (2018): 294-317.

PITANGUY, Jacqueline. O movimento nacional e internacional de saúde e direitos reprodutivos. *Questões da saúde reprodutiva*, p. 19-38, 1999.

PROJETO DE LEI FAKE NEWS. 2630/20. Disponível em: [PL 2630/2020 - Senado Federal](#). Acessado em: 31/05/2023 às 09:36.

QUEIRÓZ, Paulo; COUTINHO, Lilian. Crimes contra a honra e contra a dignidade sexual. JusPODIVM, 2019.

RAIMUNDO, Valdencie José. A Violência no Cotidiano da Juventude Negra: Um olhar sobre a questão. *Temporalis*, v. 14, n. 27, p. 119-138, 2014.

RUFINO, Luiz. "Performances Afro-diaspóricas e Descolonialidade: o saber corporal a partir de Exu e suas encruzilhadas." *Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia* 40 (2016).

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; SILVA, Bruna Coutinho. Interseccionalidade e a esquizoanálise: conquistas macropolíticas e retrocessos micropolíticos. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF, 2020. Portaria do Ministério da Saúde sobre aborto é questionada no STF por cinco partidos políticos. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=451025> Acesso em: 14/11/2022.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 437-443, 2007.

SANTIAGO, Flávio; DE FARIA, Ana Lúcia Goulart. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. **Educação e Fronteiras**, v. 5, n. 13, p. 72-85, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Edufba, 2018.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, M. V.; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Editora Objetiva, 2005.

THEODORO, M., Jaccoud, L., Osório, R. G., & Soares, S. (2008). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. Companhia das Letras, 2020.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e sociedade*, v. 25, p. 535-549, 2016.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 29, p. 01-24, 2020.

WERNECK, Jurema. Algumas considerações sobre racismo, sexismo e a tecnogenia. “Um Mundo Patentado? La privatización de la vida y del conocimiento”, p. 1–10, 2005.

JUVENTUDES E OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS - 2019, FEAC.
- Disponível em: [Juventudes e os direitos sexuais e reprodutivos \(feac.org.br\)](http://feac.org.br). Acessado em: 01/06/2023 às 19:19.

RESOLUÇÃO CNS N° 674/2022 - 2021. Disponível em: [Ética em Pesquisa: Nota sobre a Resolução CNS nº 674/2022 - Sistema CEP/CONEP | ANPEd](#). Acessado em: 01/06/2023 às 19:19.

HOOKS, Bell et al. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e sociedade*, v. 25, p. 535-549, 2016.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzono; PAULA, Silvia Helena Bastos de; BONFIM, José Ruben de Alcântara. As ações judiciais no SUS e a promoção do direito à saúde. In: As ações judiciais no SUS e a promoção do direito à saúde. 2009. p. 233-233.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. Companhia das Letras, 2020.

LIMA, Dandara Baçã de Jesus. "Contribuições da literatura para a formação do profissional de saúde: Carolina Maria de Jesus e equidade racial." (2018).

8. Anexos:

8.1. Roteiro Entrevistas Semi-Estruturadas:

Respostas resguardadas para preservação das entrevistadas diante da pandemia COVID-19. Disponível para consulta de pesquisadores e pesquisadoras interessadas na temática vinculadas à Universidade de Brasília (UnB) no Banco de Dados Adolescento (DF) a partir da data de publicação deste material monográfico.

ENTREVISTA -

Atuação profissional/Área: Médica Ginecologista/Adolescência

Raça/cor: Branca

Cidade de Nascimento: Sobradinho -DF

Formação Complementar: Instrutora de Yoga

Idade: Não informada

- 1. Você avalia que os fatores que trazem o público usuário ao serviço através de demandas espontâneas estão diretamente ligados à raça, cor, sexualidade, classe e território?**
- 2. Os encaminhamentos recebidos pela rede, por o serviço ser Centro de Referência, possui as mesmas características que os atendimentos espontâneos?**
- 3. Você avalia que, neste momento em que se vive uma situação de emergência com relação à COVID 19, a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos é relevante para o serviço ou profissionais devem focar em aprofundar assuntos diretamente relacionados à pandemia?**
- 4. Considerando que o aumento de violência doméstica tem crescido durante a pandemia COVID-19, o serviço tem recebido maiores demandas de violação de direitos sexuais e reprodutivos?**
- 5. Sobre a “Bolsa Estupro” que vem sendo votado por meio da Portaria 2.282/2020 afetaria sua atuação profissional e a atuação da unidade de saúde?**

6. A partir da atuação no seu espaço sócio-ocupacional na unidade de saúde, qual o formato mais comum de violação de direitos sexuais e reprodutivos que chegam até você (violências, quadros clínicos)?

7. Para sua atuação, em específico, você avalia que a articulação com profissionais de outras categorias na unidade tem sido possível pra que as demandas sejam solucionadas de forma multidisciplinar e interdisciplinar?

8. Você avalia que há alguma limitação interna na unidade pra articulação entre categorias que pode avançar com maior discussão sobre o tema?

9. Quais ferramentas você acredita que são possíveis lançar mão para compreensão de que racismo é uma demanda de saúde pública?

10. Quais são seus maiores desafios como profissional para atuar na garantia de direitos sexuais e reprodutivos a partir da intersecção de gênero, raça, sexualidade e território?

8.2. Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE):



UnB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Adolescente DF está sendo convidado a participar do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: “**Experiências Desiguais no Viver: Desafios para garantia de direitos sexuais e reprodutivos na adolescência a partir da interseccionalidade de opressões.**”

E-mail ou Whatsapp:

Nome: *adolecente df@gmail.com*

O objetivo do estudo é compreender os principais desafios enfrentados pela equipe multidisciplinar/interdisciplinar do Adolescente DF para garantia de direitos sexuais e reprodutivos na adolescência a partir da interseccionalidade de opressões.

Asseguramos que nomes de adolescentes e profissionais serão preservados através da omissão de informações que permitam identificá-las. A entrevista com profissionais será gravada somente para não se percam partes importantes do diálogo que nem sempre é possível registrar por meio da escrita. Os trechos que eventualmente vierem a ser divulgados no TCC somente serão por meio de consentimento da(o) profissional.

A participação do Adolescente DF e das profissionais da unidade nesta pesquisa se dará por meio da aplicação de entrevista semiestruturada com até 06 (seis) profissionais da unidade que se disponibilizarem a participar. Um questionário prévio foi aplicado para 03 (três) profissionais da unidade com quem a pesquisadora já vinha mantendo contato fim de visualizar se o método de aplicação de pesquisa seria possível para as profissionais diante da pandemia **COVID-19**. As entrevistas serão aplicadas com as profissionais no dia 30/03/2021 com duração máxima de 20 minutos cada e duração total dos esclarecimentos gerais, individuais e entrevistas de no máximo 02 horas.

Informamos que o Adolescente DF pode se recusar a participar de qualquer procedimento. A participação da instituição é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB) por meio do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e demais instituições parceiras, podendo ser publicados e apresentados posteriormente em Congressos, Encontros Regionais e Nacionais do Serviço Social. Os dados e materiais utilizados ficarão sobre a guarda da pesquisadora responsável.

Dúvidas relacionadas a esta pesquisa, entrar em contato com a estudante Pâmela Leal pelo e-mail lealspamela@gmail.com ou ainda com a Prof(a)/Orientadora Dra. Elaene Rodrigues do Departamento de Serviço Social na Universidade de Brasília – UnB pelo e-mail elaene@umb.br

Graciele Pollyanna Mertens Carvalh
GERENTE
ADOLESCENTRO/SES-DF

Profissional Adolescente DF

Pâmela Leal
Pâmela Leal (Pesquisadora)

Brasília-DF, 06 de abril de 2021

LEIDO DIREITO AUTORAL

Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

